

**SUPLEMENTO COM MOÇÕES SECTORIAIS
E REGIMENTO DO XIII CONGRESSO NACIONAL**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt



PREOCUPADO

COM:

DEGRAÇÃO DA DEMOCRACIA

SITUAÇÃO RECESSIVA DA ECONOMIA

DERRAPAGEM DO DÉFICE

INTROMISSÕES DO GOVERNO NA POLÍCIA
JUDICIÁRIA

APROVEITAMENTO POLÍTICO
DAS DETENÇÕES NA GNR

ATENTADOS AOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES E REFORMADOS

DESRESPEITO PELOS JOVENS

ARROGÂNCIA POLÍTICA E AUTISMO
DO GOVERNO

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues prosseguiu na semana passada a apresentação da sua moção de estratégia global ao próximo Congresso nacional pelas Federações de Bragança, Vila Real e Viseu. O secretário-geral teve também um encontro com militantes da Juventude Socialista para lhes apresentar as ideias que vai defender na próxima reunião magna dos socialistas.

O secretário-geral do PS manteve encontros em Vila Real com o reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com associações empresariais e sindicais da região.

Realizou-se mais uma reunião da COC de preparação do Congresso dos dias 15,16 e 17 de Novembro.

Maria José Morgado, na Comissão de Inquérito sobre os actos do Governo na Polícia Judiciária, revelou que houve intromissões de Celeste Cardona e Paulo Portas na sua demissão.

Face à manifesta disponibilidade do socialistas em aprovarem o Orçamento de Estado na especialidade mediante a inclusão no diploma de um conjunto de medidas que não agravavam o défice, a maioria reagiu com um rotundo não, ficando claro porque não há correspondência entre as declarações e a prática dos partidos do Governo.

Manuel Alegre e Francisco Assis foram os oradores no passado dia 6, no auditório da Assembleia da República, de um debate promovido pela Comissão Política Concelhia do PS/Lisboa sobre "O futuro e o PS".

Com diversos recados ao poder político, o Presidente da República concluiu a presidência aberta no distrito da Guarda.

O NAUFRÁGIO

ANTOONIO COLAÇO

"AQUILO QUE PORTAS TEM ESTADO A FAZER É A TENTATIVA DE UM NAUFRAGO QUE SE SENTE A IR AO FUNDO CADA DIA QUE PASSA MAS NÃO QUER IR SOZINHO. QUER LEVAR TODO O GOVERNO COM ELE."

Duarte Lima, *Notícias Magazine*, 3/11/2002



EDITORIAL

EXERCÍCIOS DE RETÓRICA

Segundo as previsões de Bruxelas e tal como já se esperava, o défice em 2002 deverá ficar quatro décimas acima dos 3 por cento. Já não por culpa do "despesismo" do anterior Governo, mas por incapacidade dos actuais responsáveis que falharam redondamente as suas previsões do orçamento rectificativo, quer no que respeita ao aumento das receitas, quer no controle das despesas. O afã, nesta recta final do ano, depois do desastre que constituiu a venda em hasta pública de imóveis do Estado para arrecadar mais receita, vai agora no sentido da cativação de metade das verbas dos orçamentos dos diversos ministérios. Ora, é bom de ver que esta medida não passa de mais um exercício de retórica sem nenhum efeito real no controlo da despesa, mas que vai prejudicar, isso sim, o tão necessário investimento público.

De que serve a arrogância política da ministra das Finanças em afirmações peremptórias se é depois tecnicamente desmentida pela realidade dos números? É caso para dizer, com recurso à lei de talião, "quem com ferros mata, com ferros morre". Não tivesse Manuela Ferreira Leite mudado os critérios da contabilidade orçamental para parâmetros mais estreitos, teria hoje uma folga que não lhe é permitida em nome da coerência e do apregoado rigor. Aliás, no actual quadro recessivo, em que no âmbito da União Europeia, a Alemanha está também acima - sete décimas percentuais - do limite máximo permitido pelo "estúpido" Pacto de Estabilidade e Crescimento, era de esperar que o Estado português agisse tendo em vista não apenas o equilíbrio formal das contas públicas, mas olhasse também às crescentes dificuldades da economia real que paulatinamente se vai afundando. Apesar dos insistentes alertas de Ferro Rodrigues sobre as nefastas consequências dos erros económicos do Governo, os iluminados do Terreiro do Paço persistem na sua trajectória de afunilamento.

Às propostas socialistas para o Orçamento de Estado, que não tinham efeitos sobre o défice, retorquiram com um claro não. Ficou, desta forma, bem evidente a hipocrisia política daqueles que reclamam pactos de regime em nome do sentido de Estado, e recusam liminarmente as medidas sugeridas pela oposição só porque são da oposição. Assim, não há entendimento possível porque para haver pacto tem de existir acordo. E um acordo só é possível quando há vontade das partes em confluírem, o que manifestamente não é o caso. A coligação usa a maioria parlamentar para impor políticas numa base de total desprezo pelas propostas da oposição.

Mas há sempre quem faça profissão de fé na palavra da ministra das Finanças, mesmo que do

ponto de vista económico não haja razões para acreditar que da receita aplicada resultem os benefícios esperados. Mas se é Cavaco a dizer que acredita em Manuela Ferreira, cale-se todos porque o homem nunca se engana. Enfim, raramente tem dúvidas, mesmo que nem sempre acerte.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

Ficou, desta forma, bem evidente a hipocrisia política daqueles que reclamam pactos de regime em nome do sentido de Estado, e recusam liminarmente as medidas sugeridas pela oposição só porque são da oposição. Assim, não há entendimento possível porque para haver pacto tem de existir acordo. E um acordo só é possível quando há vontade das partes em confluírem, o que manifestamente não é o caso.

www.ps.pt

XIII
Congresso



**15, 16 e 17
Novembro 2002**

Coliseu dos Recreios

**IDEIAS
DE
FUTURO**

Partido
Socialista

CASO PJ

SOCIALISTAS DEFENDEM ACARIAÇÃO

Face às declarações contraditórias de Maria José Morgado e Adelino Salvado, o Grupo Parlamentar do PS requereu uma acareação para apuramento cabal da verdade no caso da actuação governativa nas demissões da direcção da Polícia Judiciária (PJ). Mas, esta iniciativa só se realizará se o PSD e o CDS aceitarem prolongar as audições, o que tem sido negado, até aqui, pelas bancadas da maioria.

Enquanto a ministra da Justiça diz nada saber sobre a polémica que envolve a polícia criminal, garantindo que as demissões na Judiciária decorreram no âmbito de um processo "transparente", a democracia sofre e a suspeição gera desconfianças.

Após dois dias preenchidos com longas audições na Comissão de Inquérito, os parlamentares da oposição (PS, PCP, BE e PEV) não estão satisfeitos e não excluem a possibilidade de abandonarem os trabalhos como forma de protesto face a esta provável recusa dos partidos do Governo em aceitar ouvir outros depoimentos ligados com este caso, como Luís Bonina ou Lúcia Amaral.



Parlamentar de Inquérito, acusou o director nacional da PJ, Adelino Salvado, de ter sido sensível às pressões do Governo no processo do seu afastamento.

Apontando o dedo às actuações da ministra da Justiça e do ministro da Defesa, Morgado acusou Paulo Portas e Celeste Cardona de terem forçado a sua demissão, alegadamente por terem "medo" das investigações que estava a conduzir no caso da Universidade Moderna.

Maria José Morgado, numa reunião que durou cerca de sete horas, "concretizou" as circunstâncias da sua saída da PJ, esclarecendo que foi "autora material" da sua demissão, mas não "autora moral". Da autoria moral da sua saída da Judiciária, Morgado acusou claramente o director nacional desta polícia.

Por outras palavras, Morgado reconhece que pediu efectivamente a sua demissão, mas não assume responsabilidades pela mesma, pois assegura ter sido pressionada Adelino Salvado que, por sua vez, sofrera pressões por parte da tutela da Justiça e da Defesa.

A magistrada relatou que antes da sua tomada de posse Salvado lhe terá dito, na presença de Luís Bonina (anterior responsável máximo da PJ), que só aceitaria o cargo se Morgado se mantivesse em funções. Isto apesar de saber dos receios dos governantes do "populares" em relação à sua actividade.

Maria José Morgado ficou, mas, segundo a própria revelou, em Agosto, Adelino Salvado ligou-lhe pedindo-lhe que se demitisse.

A ex-directora nacional adjunta revelou também que enviou, para assessorar Ministério Público no julgamento do Caso Moderna, um dos seus agentes mais conhecedores do processo, de nome Pedro Albuquerque, que exercia as funções de seu segurança pessoal. Morgado afirmou que Portas terá sabido da presença da PJ no julgamento e que terá falado com Cardona. Esta, por sua vez, terá contactado Salvado, tendo este finalmente ordenado à responsável do DCICCEF que não mandasse mais nenhum agente seu para o Tribunal de Monsanto.

No mesmo dia, da parte da manhã, foi ouvido na Comissão de Inquérito o ex-responsável da Direcção Central de Combate ao Banditismo. Pedro Cunha Lopes reafirmou a tese de que tinha sido convidado para o lugar de Morgado e acusou Adelino Salvado de hesitação no caso que levou à detenção de Abu Salem, em Chelas, Lisboa, um elemento suspeito de ligações à Al-Qaeda e acusado de atentados terroristas na Índia.

Entretanto, ontem, também perante a Comissão de Inquérito Parlamentar, de portas fechadas durante nove horas, o director nacional da PJ negou todas as afirmações de Morgado, acusando-a de ilegalidades.

Salvado recusou responsabilidades no afastamento da sua número dois e desmentiu quaisquer pressões ministeriais no caso das demissões na direcção da Judiciária.

Os deputados do PS presentes na audição consideraram que as declarações de Salvado "não foram esclarecedoras", nomeadamente no que diz respeito ao que os agentes da PJ estavam realmente a fazer no Tribunal de Monsanto, onde está a ser julgado o caso Moderna.

José Magalhães inquiriu directamente o director da PJ sobre se, no processo de apuramento de crime fiscal que envolve responsáveis do Ministério das Finanças, foram investigadas pessoas relacionadas com ou próximas de Celeste Cardona, ao que Adelino Salvado não respondeu que sim, mas também nunca disse que não.

A oposição questionou ainda Salvado, que muitas vezes se refugiou no argumento da falta de memória, sobre se tinha ou não solicitado, durante as férias de Verão, dados sobre investigações em curso relacionadas fiscalidade.

O director da PJ, depois de ter negado, acabou reconhecendo que de facto tinha pedido informações a este respeito.

Por seu turno, o procurador-geral da República também desmentiu oficialmente as afirmações da magistrada Maria José Morgado, que garantiu ter tido conhecimento de um telefonema de Celeste Cardona a Souto de Moura em que a ministra solicitava a intervenção deste responsável no sentido de convencer a directora nacional adjunta da PJ a abandonar o cargo.

"Cumprir esclarecer que tal telefonema, com tal conteúdo, ou qualquer outro contacto com o mesmo propósito nunca existiu", refere um comunicado emitido ontem pela Procuradoria. Longe de estar esclarecida a situação das demissões de Maria José Morgado e Pedro Cunha Lopes, a acareação solicitada pelo PS é fundamental para o apuramento da existência ou não de intromissões do Governo na esfera do poder judicial.

À hora de fecho do "Acção Socialista" ainda não era conhecida a posição dos partidos da maioria sobre a realização ou não da acareação. A confirmar-se a inviabilização desta iniciativa, a lógica impõe que se conclua pela existência de medo e desinteresse no apuramento da verdade material.

O escândalo no caso das demissões na direcção da Polícia Judiciária (PJ) é agora irreversível e não desdramatizável. A ex-directora nacional adjunta para o crime económico e financeiro, Maria José Morgado, foi à Assembleia da República, na passada terça-feira, e, à porta fechada, perante os deputados da Comissão

METRO DO TERREIRO DO PAÇO

COMISSÃO DE INQUÉRITO TOMA POSSE

O ex-ministro da Justiça e deputado socialista Vera Jardim preside à comissão parlamentar de inquérito à actuação do Governo no caso do acidente nas obras da estação do Metro do Terreiro do Paço.

A primeira reunião da comissão, que decorreu na passada terça-feira, contou com a presença de poucos deputados (o PCP e o BE estiveram ausentes) e serviu apenas para dar posse ao inquérito e definir a data da próxima reunião, que ficou marcada para hoje.

Vera Jardim propôs que a comissão pedisse ao Ministério do Equipamento Social e ao Metropolitano os documentos e os processos existentes sobre o caso antes de se dar início às audições e PS, PSD e CDS/PP concordaram.

O presidente da comissão de inquérito ao acidente ocorrido em Junho de 2000 nas obras do Metro do Terreiro do Paço quer que os trabalhos estejam finalizados em cerca de 15 dias.

A criação desta comissão de inquérito foi requerida pelo PSD e CDS/PP depois de terem acusado o actual líder do PS, Ferro Rodrigues, de ter abdicado, enquanto titular da pasta do Equipamento Social no Governo de António Guterres, de uma alegada indemnização devida pelo empreiteiro.

RECUSA DO GOVERNO NÃO DEIXA ALTERNATIVA

PS VAI CHUMBAR ORÇAMENTO NA VOTAÇÃO FINAL GLOBAL

Perante a recusa do Governo de todas as propostas socialistas de alteração ao Orçamento de Estado para o próximo ano, "não resta outra alternativa ao PS senão votar contra o documento".

Ferro Rodrigues reagiu, assim, ao anúncio do deputado laranja Jorge Neto, para quem as modificações exigidas pelo GP/PS para viabilizar o OE-2003 traduzem um inaceitável aumento de despesa.

O secretário-geral frisou, ontem, em Vila Real, à saída de uma reunião com empresários e representantes da UGT, que ficou demonstrado que ao aumento de despesa pretendido correspondia uma contrapartida em crescimento da receita.

Ferro chamou a atenção para o facto de que, "tal como as coisas estão a evoluir" é cada vez "mais improvável" um acordo com o Executivo para o pacto de estabilidade e crescimento da economia portuguesa, que deverá ser entregue em Bruxelas até ao fim deste ano.

Relativamente às ordens dadas pela Direcção-Geral do Orçamento a todos os ministérios no sentido destes reterem metade das verbas destinadas ao investimento público e à aquisição de bens e serviços previstas até ao final do ano, o líder socialista alertou para as "medidas suicidárias" para a economia nacional que o Governo de direita está a tomar.

Segundo Ferro Rodrigues, estas instruções "exprimem uma espécie de passagem rápida para a recessão e a crise".

Também os deputados Elisa Ferreira, Joel Hasse Ferreira e Fernando Serrasqueiro denunciaram a situação recessiva em que o Executivo Durão/Portas estão a mergulhar o País.

Ontem, numa conferência de Imprensa de reacção à recusa governamental, os parlamentares do PS afirmaram que "a forma como o GP/PSD respondeu às propostas formuladas pelo Grupo Parlamentar Socialista



evidenciam com clareza que a abertura oficialmente manifestada pelo PSD quanto à eventual celebração de acordos ou Pactos de Regime não tem qualquer correspondência nas atitudes concretas do principal partido do Governo."

"As propostas socialistas sérias, fundamentadas e credíveis é dada uma resposta infundamentada, superficial e errónea", declararam os deputados, que consideraram ainda importante declarar que o OE-2003 "é uma peça de uma estratégia errada".

Recorde-se que a bancada socialista apresentou um conjunto de propostas de alteração ao

Orçamento de estado que visavam "torná-lo um instrumento mais justo do ponto de vista da distribuição dos sacrifícios", procurando para isso, "incluir nele maior eficiência fiscal" e chamar a atenção para a necessidade de se "criar um movimento de luta pela cidadania tributária".

Assim o garantiram, segunda-feira, em conferência de Imprensa, na Assembleia da República, o grupo de deputados formado por Elisa Ferreira, Eduardo Cabrita, Joel Hasse Ferreira e José António Vieira da Silva, que também sublinharam o carácter selectivo e "aceitável" das propostas, bem como a noção

de "reequilíbrio" que elas, no seu conjunto, representam.

Falando claramente sobre as medidas de combate à fraude e evasão fiscal, o parlamentar socialista Eduardo Cabrita destacou que as propostas do PS para o Orçamento de 2003 poderiam render mais 360 milhões de euros aos cofres do Estado.

A concretização desse combate à evasão fiscal passaria pelo alargamento das situações em que é possível ultrapassar o sigilo bancário e pelo acesso da Administração Fiscal à informação dos cartórios e serviços de registo e notariado.

A criação de um sistema de conta corrente global por contribuinte, onde se cruza o deve e o haver de cada um, e a criação de um registo de relações patrimoniais e financeiras com *off-shores*, foram outras das propostas socialistas.

Na perspectiva socialista, teria sido igualmente desejável o agendamento anual de um debate parlamentar sobre a eficiência fiscal onde se discutisse o passado e soluções para o futuro, em matéria de fraude fiscal.

Tratava-se pois de criar condições para que a retoma económica fosse mais rápida, mas também para reduzir a injustiça social, do ponto de vista dos sacrifícios exigidos aos mais desfavorecidos.

As propostas socialistas de alteração ao Orçamento para 2003 mantinham "a estrutura global", pelo que "que não desvirtuava o OE do Governo", como garantiu Hasse Ferreira.

De uma forma geral, as alterações apresentadas pela bancada socialista garantiam um défice de 2,4 por cento do produto, à semelhança da proposta do Governo, mas pressupunha uma redistribuição distinta entre receitas e despesas. "Estamos de acordo com o número, não concordávamos era com a forma de lá chegar", reiterou Joel Hasse.

MARY RODRIGUES

PROPOSTAS SOCIALISTAS PARA O OE-2003

No conjunto das propostas de alteração orçamental contavam-se a actualização dos escalões de IRS em 2,5 por cento, em linha com a taxa de inflação prevista para 2003, nos três primeiros escalões, bem como o reforço das pensões de idosos mais degradadas.

A melhoria das condições fiscais para as empresas que investissem em recursos humanos e a eliminação do artigo que propõe a modificação das regras para a aposentação dos quadros da função pública eram outras das propostas socialistas.

Estava igualmente prevista uma excepção para o endividamento líquido nulo das autarquias, para investimento associado a verbas comunitárias e a habitação social, que poderiam ter-se traduzido num acréscimo de despesa de 80 milhões de euros.

A Lei de Bases da Segurança Social deveria ser também cumprida, com a transferência de dois pontos percentuais de verbas do OE para a Segurança Social, garantindo-se a sustentabilidade do sistema a prazo, de acordo com o PS.

A eliminação da isenção da tributação das mais-valias das SGPS, juntamente com o fim dos benefícios associados a *off-shores* deveriam implicar um aumento de 250 milhões de euros do lado da receita, previam os socialistas.

Por outro lado, era proposta a desativação de cerca de 315 milhões de euros de PIDDAC (incluindo 10 milhões de euros da Lei de Programação Militar) e o aumento dos investimentos em PIDDAC em mais 170 milhões de euros, de forma a garantir o recebimento de mais verbas comunitárias.

De acordo com Elisa Ferreira, era privilegiado o investimento "selectivo" em educação, ciência, cultura e obras públicas.

"Preocupamo-nos em não apresentar muitas propostas, concentrando-nos naquilo que consideramos ser essencial", explicou a deputada.

Com a empresarialização de 34 hospitais, o Partido Socialista entendeu que as transferências para o Sistema Nacional de Saúde deveriam reduzir-se em 150 milhões de euros, conseguindo-se deste forma mais algum corte nos gastos.

Para aumentar a receita fiscal, os parlamentares do PS sugeriram a subida do imposto sobre o tabaco, o qual, segundo previam, poderia ter rendido 100 milhões de euros.

Por último, refira-se novamente a centralidade, para os socialistas, do combate à evasão e fraude fiscais, bem como as suas medidas concretas de efectivação.

ENTREVISTA DE BARROSO À RTP

A DEMONSTRAÇÃO DA MENTIRA ELEITORAL

Para o porta-voz do PS, a entrevista do primeiro-ministro à RTP revela em toda a sua extensão a mentira eleitoral do Governo, bem patente na questão do novo aeroporto da Ota cuja data de conclusão está prevista para 2017, ano em que o problema de crianças em lista de espera nos hospitais deve estar resolvido. Afirmo Paulo Pedroso que o primeiro-ministro "sempre soube que a data de conclusão do aeroporto seria dilatada no tempo, pelo que um mero exercício de hipocrisia de campanha resultou num adiamento da obra sem vantagens para a política de saúde nem para a obra propriamente dita".

Em comentário ao "Acção Socialista", o porta-voz do partido considerou ter-se constatado ao longo entrevista "um primeiro-ministro fechado no seu gabinete, alheado da dimensão dos problemas do país, prolongando ainda a estratégia de oposição ao Governo anterior, e incapaz de apresentar qualquer novidade para a resolução das graves questões nacionais".

Segundo Paulo Pedroso, "até a tentativa do anúncio de novas promessas resultou enfraquecida quando é anunciado um pacote de obras públicas cuja concretização é remetido para o dia seguinte, justamente no ano em que o Governo se propõe cortar no investimento em geral, e em particular no investimento da educação, ou seja no futuro do País".

VITALINO ESCLARECE

VIAGEM PARLAMENTAR



O deputado socialista Vitalino Canas entendeu dar públicos esclarecimentos sobre a sua deslocação aos estaleiros da empresa IZAR, em Espanha, viagem que realizou a convite da empresa e que se destinou a aprofundar os conhecimentos sobre material militar numa altura em que o Estado português vira atenções para o reequipamento das Forças Armadas no âmbito da Lei de Programação Militar.

Segundo Vitalino Canas, "os estaleiros visitados têm informação de grande utilidade para o trabalho parlamentar, sendo, porventura, um bom exemplo da manutenção de sectores estratégicos nas mãos do Estado com eficácia e rentabilidade".

Em comunicado, o deputado socialista acrescenta que está disponível para "custear do seu próprio bolso" esta deslocação, caso a Assembleia da República "entenda que a viagem não tem interesse parlamentar e que, por outro lado, não se coaduna com o estatuto dos deputados".

POR FALTA DE PROVA

ARQUIVADO PROCESSO CONTRA SALEIRO

Foi arquivado, por falta de provas, o processo judicial por fraude fiscal contra António Saleiro, ex-deputado do PS.

Em causa estaria uma simulação do valor da aquisição de uma propriedade, que se traduziria num decréscimo no valor da sisa. O caso, que remonta a 1997, fora mandado arquivar em Outubro de 2000 pelo Ministério Público. Posteriormente, em Janeiro de 2001, o processo viria a ser reaberto, tendo o procurador-geral da República pedido esclarecimentos ao procurador de Beja que conduzia o processo e determinara a análise do mesmo.

A investigação prosseguiu, desta feita no Departamento Central de Investigação e Acção Penal de Lisboa, com intervenção posterior do núcleo de assessoria técnica da Procuradoria-Geral da República, "já que se impôs a análise, aliás morosa e complexa, de matéria de índole financeira e contabilística".

Na sequência desta investigação, em despacho recente, o magistrado do Ministério Público titular do processo "concluiu que os elementos de prova reunidos continuavam a mostrar-se insuficientes, para sustentar em julgamento uma eventual acusação contra o arguido, pelo que ordenou o arquivamento dos autos quanto aos ilícitos criminais" de que era indiciado.

Ainda de acordo com o mesmo despacho, o ex-presidente da Câmara Municipal de Almodôvar foi intimado a pagar um imposto de sisa em alegada falta, o que, se efectivamente vier a ocorrer, "obviará à instauração, por isso, de procedimento criminal nos termos da lei aplicável".

COSTA QUER DEIXAR LIDERANÇA DA BANCADA

O líder do Grupo Parlamentar, António Costa, em entrevista ao jornal "Público", declarou ser sua intenção abandonar o cargo antes do final da presente legislatura. Ao "Expresso", António Costa frisou mesmo não gostar de ser líder parlamentar, tendo admitido o desafio de encabeçar uma lista para a Câmara de Lisboa nas próximas eleições autárquicas. Confrontado com esta situação, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, excluiu-se da sucessão à liderança da bancada socialista, alegando que até ao processo de substituição "muita água correrá debaixo das pontes". Paulo Pedroso recusou a perspectiva da bancada socialista ficar fragilizada com o anúncio de António "Não enfraquecerá a bancada do PS, porque conheço António Costa há muitos anos e sei que, enquanto ocupa um cargo de responsabilidade, exerce-o a tempo inteiro, com empenhamento, competência e rigor", sustentou Pedroso. Também no sentido de desdramatizar a substituição a prazo na presidência do Grupo Parlamentar do PS, Ferro Rodrigues afirmou ao "Expresso" estar certo que, "quando António Costa deixar a liderança da bancada, terá ainda funções mais importantes no PS e no País". Em geral, os dirigentes socialistas reagiram com prudência, mas sem críticas, à indisponibilidade de António Costa para permanecer na liderança da bancada até ao final da legislatura.



LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR

CRESCIMENTO NULO NA DEFESA

O crescimento no Orçamento para o sector da Defesa anunciado pelo ministro Paulo Portas "não existe", em virtude da cativação parcial imposta pela ministra das Finanças às verbas previstas para a Lei de Programação Militar (LPMO).

A denúncia foi feita por quase todos os intervenientes socialistas no debate conjunto sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2003, que se realizou hoje, numa reunião conjunta das comissões parlamentares da Defesa e Economia e Finanças.

De acordo com os cálculos do PS, a cativação de 20 por cento das verbas da LPM decidida por Manuela Ferreira Leite no âmbito do reequilíbrio das contas públicas significa, na prática, que o crescimento orçamental no sector da Defesa Nacional (em grande parte resultante do reforço das verbas previstas para a LPM) é inexistente, como afirmou José Lello.

Por outro lado, os valores de redução do défice das contas públicas foram calculados tendo em conta a existência de uma cativação, pelo que as verbas não poderão ser gastas sob pena de as metas fixadas pelo Executivo de direita não poderem ser atingidas.

LELLO QUESTIONA

VIABILIZAÇÃO DAS OGMA

A recente assinatura de um contrato de financiamento celebrado entre um sindicato bancário e as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) é objecto de um requerimento por parte do deputado socialista José Lello entregue na mesa da Assembleia da República.

O parlamentar socialista recorda que na circunstância o ministro da Defesa Nacional se referiu a este contrato como constituindo um elemento fundamental para a "viabilização das OGMA".

Perante estas declarações, José Lello quer que Paulo Portas esclareça se este contrato de financiamento envolveu a concessão de garantias reais, e se o acréscimo no endividamento da empresa teve ou não o aval por parte do Estado português.

O deputado socialista pede ainda explicações ao Executivo sobre a existência ou não de um plano de viabilização das OGMA, ao mesmo tempo que pretende saber qual o passivo da empresa.

Por último, José Lello requer o envio de uma cópia do contrato de financiamento subscrito entre as partes, para apreciação em sede de Comissão Parlamentar de Defesa Nacional.



Preocupados com o futuro próximo de Portugal, jovens simpatizantes do socialismo democrático e da social-democracia formaram um movimento de apoio à candidatura socialista às últimas legislativas que recentemente evoluiu para um espaço aberto de reflexão política com ideias que se querem concretas e exequíveis. Imaginar Portugal é criar pontes de informação e participação política entre o PS, as suas bases e os portugueses.

Manifestar um apoio "activo e exigente" ao PS, ao seu programa eleitoral e ao seu candidato a primeiro-ministro foi o motivo que levou um colectivo de jovens cidadãos a constituírem o grupo "Imaginar Portugal".

Miguel Cabrita, coordenador e dinamizador desse espaço de reflexão política, narrou ao "Acção Socialista" a génese do Imaginar.

"Pouco depois do revés eleitoral de Dezembro de 2001 e num contexto em que Portugal tinha pela frente dois caminhos muito distintos, a escolha eleitoral de Março teria, como se está a verificar, implicações decisivas para o futuro do País e para o modelo de modernização que vai seguir nos próximos anos", recorda o responsável.

Esta participação activa tomou, concretamente, a forma de um manifesto - o "Imaginar Portugal 2006" -, apresentado e debatido numa iniciativa pública em Almada com o candidato Ferro Rodrigues e distribuído nas acções de campanha. No documento eram esboçadas as grandes linhas políticas que permitiam "construir Portugal tal como, na opinião daqueles que se juntaram ao grupo iniciativa, ele deveria ser em 2006", ou seja, no fim da actual legislatura.

Duas centenas de pessoas, entre os 20 e os 35 anos, juntaram-se ao movimento que então se gerou em torno de um objectivo fundamental: "Apoiar activamente a candidatura e o programa socialistas que eram, claramente, aqueles que representavam a possibilidade de concretizar o modelo de País no qual estas pessoas se revêem", frisa Miguel Cabrita.

"Jovens, na sua maioria já inseridos na vida activa, e cidadãos provenientes dos meios académico e empresarial, do sector privado e público, com as mais diversas formações e inserções profissionais" foram os membros fundadores do Imaginar Portugal, revelou o coordenador, assinalando que este espaço é,

desde a sua génese, "constituído por militantes do PS e por muitas pessoas que, não sendo filiados em nenhum partido político, se reconhecem na área política do centro-esquerda e na candidatura de Ferro Rodrigues e que quiseram, por isso, participar na campanha eleitoral que então estava em curso".

Cabrita recorda que muitos desses membros fundadores não tinham, anteriormente, uma participação política activa.

"Mas entenderam que era chegado o momento de se envolverem, dada a importância da escolha que o País tinha diante de si, e dado que encontraram um bom meio de se expressarem e de darem o seu contributo", frisou.

De movimento de apoio a espaço de contacto e reflexão

Depois das eleições, "foi consensual que o objectivo do Imaginar Portugal não se tinha esgotado em 17 de Março".

A experiência de reflexão política qualificada, aberta a pessoas dentro e fora do Partido Socialista, "tinha sido extremamente profícua e a dinâmica que se havia gerado ganhou ainda mais sentido fora do contexto eleitoral específico em que nasceu".

Segundo Miguel Cabrita, "pretendia-se reflectir sobre Portugal, sobre o seu futuro, e sobre as melhores políticas para os desafios que temos diante de nós. Ora, esse objectivo não terminou em Março".

Por isso, o movimento evoluiu para um espaço de reflexão política de carácter mais permanente, na área da esquerda democrática.

"Um espaço aberto a militantes do PS e a todos os que, não sendo militantes do PS, se reconhecem no ideário do centro-esquerda e querem participar activamente no enriquecimento do espaço público

IMAGINAR PORTUGAL

PONTES DE REFLEXÃO PARA O FUTURO

e na reflexão em torno de políticas que concretizem a visão que a esquerda moderna tem para o futuro do País", explica o responsável.

Nessa nova conjuntura de existência, dois grandes objectivos ganham relevo no Imaginar Portugal: "O primeiro é a dinamização e o enriquecimento do espaço político da esquerda democrática, criando não apenas focos de participação política qualificada para todos os que neles se queiram envolver, mas também instâncias que possam alimentar o centro-esquerda, e em particular o Partido Socialista, com a sua reflexão e com propostas que dela eventualmente resultem".

É que, na opinião de Cabrita, "o PS só tem a ganhar em estimular dinâmicas permanentes de reflexão e discussão em torno das suas políticas", porque "é promovendo espaços em que essas dinâmicas se desenvolvam que o partido cria condições para procurar, de forma permanente, as respostas mais adequadas para os problemas e desafios do País".

Por outro lado, Imaginar Portugal pretende-se "um espaço de contacto" permanente com pessoas e sectores da sociedade portuguesa que, não tendo uma participação partidária nos moldes mais tradicionais, acreditam no PS e nos seus programas de acção, e querem colaborar com o partido.

"É fundamental abrir o PS para dar aos cidadãos que se revêem na nossa área política a possibilidade de se envolverem de forma efectiva", afirma Cabrita, para quem "o partido tem de fazer pontes com aqueles que representa, e que têm seguramente um contributo importante para dar".

"Esta abertura - sublinha - permitirá ao Partido Socialista enriquecer as suas práticas e as suas propostas, de modo contínuo e não apenas em momentos eleitorais muito localizados".

Assim, a uma maior motivação das pessoas para a participação política junta-se um acréscimo de

energia e ideias para o PS, num "jogo em que todos ganham".

Reflexão com resultados

Falando sobre as iniciativas que o Imaginar Portugal inscreve no seu projecto, Miguel Cabrita adianta que já se realizou um primeiro debate sobre políticas de imigração.

O evento contou com a presença de Nuno Severiano Teixeira (Universidade Nova de Lisboa, e coordenador da área no Gabinete de Estudos do PS), Rui Pena Pires (ISCTE) e Maria Ioannis Baganha (Universidade de Coimbra).

Esta debate "extremamente vivo" contou ainda com a presença de 40 pessoas, estando as suas conclusões, presentemente, em fase de edição, para posterior divulgação pública e apresentação aos órgãos do PS e ao secretário-geral.

Na base destas iniciativas está a ideia de "tentar que a reflexão e o debate produzam resultados concretos", passíveis de serem "mobilizados de forma politicamente útil".

O dinamizador do Imaginar Portugal refere que informações compiladas a partir de *dossiers* com documentação importante sobre uma determinada área e com base naquilo que resulta dos debates serão postas à disposição dos participantes do espaço e a todos os interessados, tal como está, neste momento, a ser feito para as políticas de imigração.

Para além das iniciativas públicas e do material delas resultante, Miguel Cabrita adianta que está em fase de estudo um *site* na Internet e uma *newsletter* do Imaginar Portugal, que servirão precisamente o objectivo de servir de suporte à publicação dos resultados das iniciativas que forem executadas. Entretanto, os interessados em mais informações poderão solicitá-las escrevendo para o imagineportugal@mail.telepac.pt.

MARY RODRIGUES



POR UMA "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS" QUE TRADUZA O ORGULHO QUE SENTIMOS DA NOSSA MATRIZ HISTÓRICA*

**EDMUNDO PEDRO
FERNANDES COUTO**

O PS é o herdeiro legítimo do grande movimento social que a partir de meados do século XIX assumiu a liderança, em Portugal, da luta por uma sociedade mais justa e mais solidária. Essa luta, conduzida pelos partidos sociais-democratas e socialistas, maioritariamente de inspiração marxista, agrupados na Segunda Internacional, animou um poderoso movimento sindical e político reformista, que ajudou a moldar os aspectos mais positivos das sociedades democráticas avançadas da Europa.

As oito horas de trabalho; o voto universal em oposição ao voto censitário; a emancipação das mulheres; os direitos sociais que humanizaram as modernas sociedades que se regem pela democracia política; a ideia de uma sociedade solidária e isenta de discriminações; o enraizamento, em muitos países, da democracia pluralista e todos os avanços sociais que esta permitiu concretizar e consolidar são, essencialmente, o resultado desse movimento emancipador que foi inspirado e dirigido pelos partidos que se reclamam do Socialismo Democrático hoje integrados na Internacional Socialista.

O Socialismo Democrático contemporâneo é, pois, o legítimo representante desse movimento social e político iniciado há século e meio. Está ligado à ininterrupta tradição democrática da social-democracia europeia.

O Movimento Socialista foi criado em Portugal em 1875. Os autores fundamentais dessa iniciativa foram, entre outros, Azedo Gneco, Antero de Quental e José Fontana.

Esse movimento passou, desde então, por várias crises. Mas nunca deixou de estar presente na sociedade portuguesa. A sua raiz histórica está indissolúvelmente ligada a essa matriz original. O grande mérito da ASP, criada em 1964, e dos seus fundadores - entre os quais se destacaram Mário Soares, Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa - foi o de retomar essa longa tradição temporariamente esbatida pela ditadura de Salazar.

Em 1973, no Congresso da ASP (já então filiada na Internacional Socialista), Mário Soares propôs a sua transformação no actual Partido Socialista.

O PS mantém-se fiel à sua tradição internacionalista, tanto no plano político, como sindical. O internacionalismo dos socialistas passa pela defesa intransigente da cultura e da identidade nacionais, mas procura unir e organizar solidariamente a resistência dos povos de todo o mundo contra os fenómenos perversos do processo de globalização em curso. Compete à Internacional Socialista conduzir uma luta activa e intransigente contra o poder económico e financeiro das multinacionais que escapam, cada vez mais, ao controlo das instâncias representativas dos Estados nacionais.

Nessa perspectiva o Partido Socialista compromete-se a subordinar o poder económico e financeiro dos grupos nacionais e multinacionais ao controlo do poder político democrático. Assume também o seu dever de solidariedade com os países mais pobres e dependentes que são vítimas da desenfreada ânsia de lucro dos grandes grupos económico-financeiros mundiais que neles se instalam para explorarem uma mão-de-obra barata e desprovida dos mais elementares direitos humanos, nomeadamente o de defenderem os seus direitos em organizações sindicais livres e independentes. Compromete-se a apoiar, no quadro da Internacional Socialista, todas as iniciativas tendentes a defender e salvaguardar os seus legítimos interesses.

Aos sindicalistas que se reconhecem nos ideais do socialismo democrático cabe a tarefa de lutarem solidariamente por leis laborais uniformizadas e humanas que abranjam os trabalhadores de todo o mundo no quadro de um *sindicalismo internacionalista e democrático* que recuse qualquer ingerência partidária. Em nome da solidariedade que deve ligar todos os trabalhadores, a Internacional Socialista tem o dever de desempenhar, nessa matéria, um papel impulsionador empenhado e activo. O Partido Socialista, como membro efectivo daquela organização, compromete-se a desenvolver todos os esforços feitos nesse sentido.

O rasgo de Mário Soares e dos que o acompanharam foi o ter ousado quebrar a tradição "unitária", envolvente e estrategicamente paralisante, da esquerda radical e antidemocrática. Foi o de ter sabido, a partir da CEUD, separar as águas e abrir um caminho independente para o PS.

Foi essa estratégia que permitiu ao Partido Socialista, tornar-se, depois do 25 de Abril, no seguimento da luta antifascista que os seus principais dirigentes mantiveram ao longo do reinado de Salazar, o principal agente político da luta pela defesa e consolidação de uma via democrática da Revolução que derrubou o regime salazarista. A Democracia Política, e todas as liberdades e direitos que consagrou, constituiu, na marcha da sociedade para um desenvolvimento mais justo e mais solidário, um patamar fundamental que o PS se compromete a defender intransigentemente.

Ao Partido Socialista, como principal obreiro da conquista da Democracia Política, cabe a indeclinável tarefa de ser o principal garante da irreversibilidade das conquistas sociais e políticas que a Constituição da República consagrou.

O Socialismo Democrático de que o PS se proclama nada tem a ver com a deriva totalitária daqueles que, reclamando-se do socialismo, se afastaram da sua matriz democrática. O socialismo deixou de ser para os partidos agrupados na Internacional Socialista - ao contrário do que propendia Marx - um projecto de sociedade pré-definida, ou seja, um projecto que visava uma utópica "sociedade sem classes". Por isso mesmo, repudia também a recente tese de que o sistema capitalista representa a última etapa da História humana.

A História, presente e futura, é e será feita pelos homens, dialecticamente, na sua luta de todos os dias por um futuro melhor. Nesse contexto, cabe ao Socialismo Democrático o papel de animador de uma permanente dinâmica de progresso social que vise alcançar uma sociedade cada vez mais próspera, coesa e humanizada. Para os socialistas, que se assumem como democratas radicais, a sociedade do futuro será aquela que os cidadãos, cada vez mais conscientes e informados, lograrem edificar.

O PS reconhece a iniciativa privada como importante factor dessa dinâmica de progresso. Respeita, por conseguinte, a propriedade privada desde que esta não resulte de meios ilícitos e se subordine aos interesses gerais da comunidade. Para o PS o interesse colectivo tem prevalência sobre os interesses individuais.

Entende que as empresas privadas, para além de recompensarem a iniciativa e a criatividade individuais, devem preencher uma função social. As empresas não podem visar exclusivamente o lucro. Têm o dever de servir o progresso social da comunidade. Neste contexto, o PS apoia a iniciativa privada, social e cooperativa.

Ao PS, partido com vocação de poder, cabe a tarefa de contribuir para dar consistência, através de reformas concretas, a todos os factores que contribuem para um progresso económico e social sustentado que conduza a uma sociedade cada vez mais justa, mais solidária e mais fraterna. *Só essa inspiração e esse intento justificam a luta pelo poder.*

O PS é um partido laico, fraterno e tolerante. Respeita as opções religiosas, filosóficas e morais dos seus membros. A sua permanente reflexão ideológica inspira-se no racionalismo crítico e humanista. Acolhe no seu seio a colaboração de todos os que, não sendo seus membros efectivos, se identificam com os objectivos que propõe para a sociedade portuguesa. É regido, na sua prática interna, por regras democráticas. Considera a crítica construtiva dos seus militantes como um contributo indispensável para aumentar a eficácia da sua prática política.

O PS é um partido de cidadãos livres e conscientes. A sua base social de apoio assenta em todos aqueles que exercem uma actividade social útil. Os partidos, em democracia, devem expressar interesses sociais concretos. A sociedade contemporânea caracteriza-se por uma enorme pluralidade e antagonismo de interesses. A luta de classes é uma realidade. As várias instâncias do poder representativo democrático devem procurar harmonizar, tanto quanto possível, esses interesses divergentes de modo a evitar rupturas que ponham em causa o sistema político e as conquistas sociais alcançadas. É para exercer essa função mediadora e representativa que os partidos existem.

Partido, por natureza, inter-classista, o PS deverá ser o mediador e o representante de um vasto sector da sociedade portuguesa. Esse sector é, pela sua natureza, maioritário. É constituído pelos assalariados de todos os tipos, pelos pequenos e médios empresários com consciência social, pelos quadros técnicos e científicos, pelos criadores artísticos - e por toda a classe média, não parasitária, que vive do seu trabalho.

Este texto introdutório será porventura demasiado longo. Mas estamos convencidos de que a maioria dos socialistas desejará ver contempladas, na sua "declaração de princípios", algumas das reflexões que nele se afluam.

O texto apresentado pela direcção do partido representa, da parte dos camaradas que a redigiram, um grande esforço de aprofundamento da reflexão socialista. Está indiscutivelmente bem elaborado. Mas pensamos que o texto poderia ser mais clarificador e mobilizador se algumas das nossas sugestões, sobretudo as que se referem à vertente histórica, fossem nele contempladas.

A nossa contribuição para a reflexão militante é inspirada apenas por um espírito solidário e construtivo.

Tudo o que pedimos aos congressistas é que o aprovelem como um contributo a ter em conta na elaboração do texto definitivo que, na nossa opinião, deve ser remetido para uma discussão e aprovação definitiva na comissão nacional que resultar deste congresso.

A terminar, do nosso ponto de vista, ao ponto 15 do projecto da Declaração de Princípios devia ser acrescentada a seguinte frase:

Nesse sentido, o PS concede uma importância decisiva à Educação e à Cultura. Só a plena valorização desses sectores, que constituem elementos fundamentais para a emergência de uma cidadania activa e consciente, pode fazer surgir uma capacidade crítica capaz de seleccionar os elementos válidos do imenso caudal de informação que hoje nos é oferecido. Só assim será possível combater o caos informativo que atrofia e diminui as potencialidades positivas da informação.

*PROPOSTA DE ADENDA À "DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS" DO CAMARADA EDUARDO FERRO RODRIGUES

DEBATE SOBRE O FUTURO DO PS

UMA AGENDA ALTERNATIVA PARA O SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Perante uma vasta plateia de militantes que enchia por completo o auditório da Assembleia da República, os camaradas Manuel Alegre e Francisco Assis falaram sobre o futuro do PS e da esquerda, num debate particularmente vivo e estimulante promovido pela Concelhia de Lisboa. Na iniciativa em que ficaram patentes duas visões complementares sobre os desafios que se colocam ao socialismo democrático, Alegre sublinhou que “não há esquerda sem resistência moral”, defendendo que “o PS para voltar ao poder tem de dar expressão política aos movimentos sociais”, enquanto Assis considerou que “o PS não pode ser um simples partido de resistência ao Governo de direita”, mas antes corporizar “um projecto que garanta a modernização solidária do País”.

Numa intervenção, frequentemente interrompida por aplausos dos militantes, Manuel Alegre começou por sublinhar que “não há esquerda sem resistência moral”, nomeadamente face a uma doença que se instalou na sociedade portuguesa, onde “não há horizonte para além do imediato, onde prevalece a cultura do individualismo e do egoísmo”. Para Alegre, há ainda “uma doença do Estado, porque o Governo está a privatizar sectores estratégicos, fazendo depois do que resta do Estado um instrumento contra os trabalhadores”.

Segundo sublinhou, está em marcha uma contra-reforma nos planos económico, social, laboral e cultural, com a “submissão do Estado aos interesses privados”.

O deputado socialista considerou que o nosso partido tem de fazer uma oposição sem se divorciar dos movimentos sociais. “O PS para voltar ao poder tem de saber interpretar os protestos e os movimentos sociais, ou seja, tem de dar uma expressão política”, disse.

Por outro lado, Alegre foi particularmente crítico para com a prática dos socialistas europeus que ainda recentemente chefiaram 11 governos da União. “Não foram capazes de inverter a lógica neoliberal, capitularam”, acusou, acrescentando que os socialistas devem defender “o modelo social europeu nas novas circunstâncias”.

“Os partidos socialistas podem tornar-se historicamente responsáveis se não apoiarem os movimentos sociais, deixando um vazio que



será preenchido pelos populismos de direita e de esquerda”, alertou.

O autor de “O canto e as armas” referiu ainda a necessidade de o movimento socialista lutar “contra o conteúdo da globalização”, que disse ser um facto “inevitável”. A globalização, disse, “consubstancia o triunfo do neoliberalismo à escala mundial, controlado pelo unilateralismo americano”.

Manuel Alegre manifestou-se ainda contra “a diluição ideológica do PS” verificada nos últimos anos, salientando que na questão do aborto houve uma “capitulação”.

No entanto, salientou que o balanço dos seis anos de governação socialista é “globalmente positivo”, destacando nomeadamente a reforma da Segurança Social e o Rendimento Mínimo Garantido, lamentando que não se tivesse ido mais longe na reforma fiscal, e elogiando a cultura do diálogo, “que faz parte dos nossos valores”.

Quanto à Declaração de Princípios, Alegre considerou que lhe “falta um suplemento de

alma”, acrescentando que “o PS não pode conformar-se com esta sociedade”.

Modernização não é capitulação ao neoliberalismo

O militante histórico do PS alertou ainda que “modernização não deve ser capitulação ao modelo neoliberal”, reafirmando não saber o que é o centro.

Já Ferro Rodrigues é alvo de rasgados elogios de Alegre, por ter feito “uma extraordinária campanha nas últimas legislativas, dando cara numa situação muito difícil e impondo-se pela sua seriedade e integridade”.

Francisco Assis, o outro interveniente no debate, referiu que a questão central que se coloca ao PS é a de ser um partido de resistência ou um partido de projecto.

Centrando parte da sua intervenção nos desafios que se colocam aos partidos socialistas nesta fase “profundas mutações” a nível mundial, desde a queda do Muro de Berlim e com a

globalização como pano de fundo, Assis defendeu que os partidos do socialismo democrático “devem ter uma agenda alternativa”, que integre uma “abordagem positiva do processo de globalização, fazendo a apologia da sua regulação, nomeadamente no capítulo financeiro”, bem como “valorizar o cosmopolitismo” e recuperar “o ideal internacionalista”, que passa por uma “opção pelo europeísmo, ou seja, por uma União Europeia que se afirma em todas as componentes”.

O deputado socialista considerou ainda que a esquerda deve abordar a reforma do Estado-Providência “sem tabus”, uma vez que “não é possível garantir a universalização absoluta dos direitos”, sendo por isso necessário introduzir o conceito de “discriminação positiva, que assegure o princípio da igualdade”.

Assis referiu, por outro lado, que na sua passagem recente pelo Governo, “o PS não faltou por razões de natureza ideológica, mas sim por razões políticas, ou seja, porque deixou de combater em determinada altura”.

Numa altura em que o nosso partido se encontra de novo na oposição, Assis salientou que “o PS não pode ser um simples partido de resistência ao Governo de direita, mas sim um partido com um projecto, que compreende a necessidade de resolver o problema orçamental mas ao mesmo tempo preocupado em garantir a modernização solidária do País”.

“Temos a obrigação de ser uma oposição credível e audível”, disse, acrescentando que o PS deve ter como uma das prioridades a aposta na educação, na valorização dos recursos humanos. “A promoção da cultura é condição para que a nossa sociedade possa enfrentar os desafios do futuro”, disse, salientando que para o PSD a cultura é vista como um “adorno”.

J. C. CASTELO BRANCO



ENCONTRO COM JOVENS DO PS

FERRO ACUSA GOVERNO DE PUNIR A JUVENTUDE

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, acusou o Governo de eleger a juventude como alvo de uma série de "acções punitivas", na apresentação da sua moção ao Congresso a dezenas de jovens socialistas, que teve lugar no Bugix, no Parque das Nações.

Ferro Rodrigues, que fez um balanço muito crítico dos sete meses de Governo de direita, apontou como exemplos das "acções punitivas" levadas a cabo pelo Governo PSD/PP contra a juventude o fim do crédito bonificado à habitação, a não renovação dos contratos de jovens quadros na Função Pública e a exclusão dos jovens com menos de 25 anos do rendimento de inserção social, que considerou "um disparate do ponto de vista social".

"O programa do Governo é o oposto a tudo o que foi prometido durante a campanha eleitoral", disse Ferro Rodrigues, acrescentando: "Se tivessem dito que iam acabar com o crédito bonificado à habitação, aumentar o IVA e declarar guerra aos trabalhadores da Função Pública, o resultado das eleições seria outro."

"O Governo demonstrou que não tem respeito pelas promessas feitas", disse, salientando que "a esperança continua a estar no PS". Relativamente à vida interna do partido, Ferro Rodrigues disse que o próximo Congresso será "uma oportunidade para actualizar a nossa forma de estar na política, com novas equipas e novos protagonistas".

Referindo que a limitação dos cargos executivos tem como objectivo o "rejuvenescimento", o líder do PS disse que



quer um partido "mais aberto, em permanente diálogo com a sociedade".

Sobre as próximas eleições europeias, Ferro Rodrigues disse que o PS irá apresentar-se com "listas próprias", uma vez que, adiantou, prezamos muito a autonomia programática". Quanto à hipótese de a direita ir coligada a estas eleições, o líder do PS disse que isso significaria que "perdeu o norte".

Relativamente às eleições autárquicas, referiu que o partido já está a preparar-se, através de convenções autárquicas que se têm realizado de norte a sul do País, de onde sairão "novas plataformas e novos projectos".

Já sobre as presidenciais, considerou que "pouco há a dizer", lembrando que "o PS sempre apoiou candidatos credíveis".

No que respeita às legislativas de 2006, Ferro Rodrigues disse ser seu objectivo "preparar o PS para esse combate, com um programa que seja debatido no interior do partido".

J.C. CASTELO BRANCO

SOLIDÁRIO COM TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, disse compreender os motivos da greve geral da Função Pública no dia 14 de Novembro, prevendo que no protesto participarão milhares de cidadãos que são ou votaram no PSD. Falando na sessão de apresentação da sua moção de estratégia ao Congresso de Novembro aos militantes da JS, no Parque das Nações, fez no entanto questão de sublinhar que o PS "não apoia nem promove" acções de protesto de âmbito sindical.

No entanto, previu que na greve "estarão milhares de trabalhadores socialistas, mas também milhares de eleitores sociais- democratas, que

estão defraudados com o incumprimento das promessas feitas pelo Governo".

Segundo o secretário-geral do PS, o Orçamento de Estado para 2003, tal como está, "representa uma ofensiva contra os trabalhadores da administração pública, sem que nada o justifique e em que o diálogo foi substituído por uma lógica de arrogância".

"Quem semeia ventos colhe tempestades. O Governo ainda está a tempo de repensar e evitar que a contestação se estenda a outros sectores", declarou o líder socialista.

Faltam 8 Dias
para o XIII Congresso Nacional.

FERRO APRESENTA MOÇÃO

EXECUTIVO É RESPONSÁVEL PELA DERRAPAGEM DO DÉFICE

Críticas à política económico-financeira do Governo, responsável pelo clima de recessão e crispação em que o País se encontra mergulhado, foram a nota dominante das intervenções de Ferro Rodrigues nos encontros com os militantes socialistas de Bragança e Vila Real, no âmbito das sessões que tem vindo a prover de apresentação da sua moção ao próximo Congresso.

No encontro com os militantes de Bragança, na segunda-feira, no auditório municipal Paulo Quintela, Ferro Rodrigues voltou a criticar a política económico-financeira do Governo, referindo que a possível derrapagem do défice deste ano é, em parte, consequência do orçamento rectificativo aprovado pelo Executivo de Durão Barroso.

“É impossível combater-se o défice num quadro de recessão, que foi o que o rectificativo criou”, afirmou Ferro Rodrigues, comentando a estimativa da Comissão Europeia de que o défice orçamental deverá ficar este ano acima dos três por cento.

Recorde-se que Bruxelas prevê que o défice orçamental português seja de 3,4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Esta estimativa consta da última versão das Previsões Económicas de Outono da Comissão Europeia, cujo documento definitivo será apresentado a 13 de Novembro.

A previsão da Comissão Europeia supera em 0,6 pontos percentuais o valor previsto pelo Governo na rectificação ao Orçamento de Estado (OE) de 2002 feita em Maio.

Ferro Rodrigues considera que a responsabilidade por esta situação já é, “em boa parte, do actual Governo, que aprovou o orçamento rectificativo de 2002”.

Um orçamento rectificativo que, na opinião de Ferro Rodrigues, introduziu uma série de sinais negativos, “nomeadamente com aumentos de impostos e com um choque que não foi o choque fiscal, mas, ao contrário, um choque recessivo sobre a economia que teve como contrapartida uma baixa de confiança por parte das empresas e das pessoas”.

E o abrandamento da actividade económica origina uma diminuição das receitas fiscais “e os resultados desta política estão à vista”, disse, acrescentando que este clima de recessão “está presente no Orçamento de Estado para 2003”, o que significa que não vai ser possível “qualquer equilíbrio nas contas públicas em Portugal”.

Ferro Rodrigues adiantou que esta política vai conformar que os “ataques violentos” feitos à



gestão do PS “não se justificavam, porque nós apresentámos um défice de 4,1 por cento que poderia ter sido mais baixo se na altura tivesse sido autorizada a venda da rede fixa da PT que o Governo se prepara agora para fazer”.

O líder do PS alertou ainda que o Orçamento de Estado “tem cortes de investimento que podem prolongar o actual clima de recessão por muitos anos”.

Perante os militantes que enchiam o auditório municipal, Ferro Rodrigues comentou os resultados das últimas eleições legislativas em Bragança, referindo que a vitória do PSD se deveu principalmente às “promessas populistas” de Durão Barroso, “que iam de encontro aos anseios das populações, mas que agora foram esquecidas”, como a promessa de passagem do Instituto Politécnico de Bragança a politécnico e a duplicação do IP4.

O secretário-geral do PS referiu também que no PIDDAC é visível a contradição entre as promessas e os actos, porque, adianta, “nem sequer há uma distribuição razoável dos sacrifícios, as regiões que têm mais

necessidades de desenvolvimento deviam ser menos sacrificadas e não é isso que se verifica”.

Medidas suicidárias para a economia

Na reunião com os militantes socialistas do distrito da Guarda, na terça-feira, Ferro Rodrigues voltou a criticar a política económico-financeira do Governo, sublinhando que as medidas já aprovadas pelo Executivo na rectificação ao Orçamento de Estado para 2002 e as propostas para 2003, “vão agravar a situação económica e a recessão em Portugal”.

“Como tal criam ainda maiores problemas no défice público em Portugal”, frisou, acrescentando que se vai agravar a situação financeira do país.

O líder do PS classificou como “suicidárias para a economia” as recentes medidas tomadas pelo Governo, nomeadamente as ordens dadas a todos os ministérios para reterem metade das verbas destinadas a investimento público e à aquisição de bens e serviços previstas até ao

final do ano.

Ferro Rodrigues reafirmou que “o País precisa de confiança e de credibilidade nas políticas que são assumidas e nos protagonistas dessas políticas, mas a sensação que dá é que de momento nenhuma dessas situações existe”.

O secretário-geral do PS disse que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é o maior exemplo “daquilo que é a diferença entre as promessas e as realizações do actual Governo”, referindo-se às promessas do primeiro-ministro na região que não foram cumpridas.

“O dr. Durão Barroso, quando passou por Trás-os-Montes na campanha, prometeu tudo a todos e agora não há nada para ninguém”, disse.

Aproveitando a sua passagem por Trás-os-Montes, o secretário-geral do PS agendou encontros com empresários e dirigentes da UGT, tendo ainda almoçado com o reitor da UTAD. À saída, criticou a situação nas universidades, referindo que é “incompreensível” a situação no ensino superior pois só seriam necessários mais 25 milhões de euros para resolver os problemas das universidades.

“Só se pode compreender esta atitude do Governo com as universidades como uma forma de autoritarismo político”, salientou.

Contra aproveitamento da situação na GNR

Por outro lado, comentando a detenção dos agentes da Brigada de Trânsito da GNR, efectuada nesse dia pela Polícia Judiciária, considerou que um aproveitamento político “seria demasiado grave para a democracia portuguesa”.

“É uma acusação tão grave e de tal maneira absurda que nem me passa pela cabeça que pudesse ser possível”, salientou Ferro Rodrigues, referindo-se às notícias, segundo as quais a operação que levou à detenção de agentes da BT teria sido preparada para coincidir com o início da comissão de inquérito sobre a PJ.

Para líder do PS, as detenções aos agentes da Brigada de Trânsito revelam que o “Estado de Direito funciona”.

Ferro Rodrigues deu ainda os parabéns à PJ e à Procuradora Geral adjunta, Maria José Morgado, pelo papel desempenhado, ainda durante os Governos do PS, na investigação aos agentes da Brigada de Trânsito.

Ferro Rodrigues considerou como “extremamente graves” as declarações proferidas por Maria José Morgado perante a Comissão de Inquérito, onde terá envolvido Paulo Portas, que é testemunha no julgamento da Universidade Moderna, e a ministra Celeste Cardona nos motivos da sua demissão daquela polícia.

NOTÍCIAS PREOCUPANTES SOBRE COMISSÃO DE INQUÉRITO À PJ

O secretário-geral do PS afirmou estar a seguir “com grande preocupação” as notícias vindas a lume em torno dos trabalhos da comissão de inquérito sobre a Polícia Judiciária. “As notícias são bastante preocupantes, mas não posso dizer mais nada, porque, enquanto decorrerem os trabalhos da comissão, a situação vai evoluindo, sobretudo quando há versões tão contraditórias sobre questões que são essenciais para o funcionamento da democracia portuguesa. Um coisa parece certa: alguém não estará a dizer a verdade”, afirmou Ferro Rodrigues, em Vila Real, no final de uma reunião com empresários e representantes da UGT.

DEBATE NA FEDERAÇÃO DO PORTO

GAMA DEFENDE BLOCO ALTERNATIVO AO ACTUAL GOVERNO

Jaime Gama defendeu que o Partido Socialista é “um aparelho essencial para a construção de uma coligação informal e dinâmica que gradualmente se sedimentará na sociedade portuguesa”.

Essa coligação, explicou o dirigente nacional do PS, funcionará como um “bloco alternativo” que “levará à necessidade de escolhas diferentes” em relação ao actual Governo. Questionado sobre o que entendia por esta coligação, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou: “Vocês sabem português, sabem certamente o que isso quer dizer.”

Jaime Gama falava durante um debate promovido pela Federação do Porto do PS onde apresentou os cinco pontos que, na sua opinião, deveriam marcar a agenda do partido.

A primeira “grande linha estratégica” de Jaime Gama é a da “segurança na vida quotidiana dos cidadãos, contra a criminalidade organizada, mantendo simultaneamente uma política razoável e aberta para os imigrantes”.

A segunda tem a ver com a “assunção de políticas credíveis em termos económicos e sociais” em três palcos distintos: o doméstico, o europeu e o internacional. “Como esquerda moderada, centro-esquerda, temos de ser defensivos nas nossas propostas e não defensivos por um qualquer radical socialismo ou populismo”, afirmou.

Essa postura defensiva, considerou Gama, “é uma solução que não contém respostas válidas para os problemas presentes e reduz cada vez mais o PS”.

A terceira proposta do ex-ministro relaciona-se com a prossecução de “políticas de inclusão e não de exclusão, um ponto capital que distingue claramente o PS da direita”. A quarta defende uma “linguagem de confiança, afirmação e decisão, não de hesitação, dúvida e titubeação”.

A quinta e última ideia que Gama tem para o PS é a promoção de “um projecto europeu” aberto ao alargamento da UE, que fuja de “fenómenos



de enclausuramento”, incentivando a relação com os vizinhos da Europa nos Balcãs, Mediterrâneo e Médio Oriente.

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu “uma Europa com voz comum nas grandes instâncias da globalização”, fenómeno que entende como “um estímulo racional para o desenvolvimento progressivo dos países e não

um mercado selvagem, com concorrência desregulada”.

Gama garantiu que, se fosse ministro, nunca teria subscrito o tratado bilateral que dá aos Estados Unidos um estatuto de impunidade face ao Tribunal penal Internacional.

“Tenho sobre isso uma posição simples e clara: o que consideramos válido para nós deve sê-lo para todos. Não deve haver excepções. Não podemos imaginar uma comunidade internacional com dois estatutos de cidadania”, afirmou Gama, questionando a legitimidade do Governo português aceitar que os soldados norte-americanos estejam fora da alçada do TPI e que os portugueses estejam a eles submetidos.

O deputado socialista criticou o actual Governo por, “num momento de contenção em que são precisas solidariedades mais amplas”, adoptar uma política de “contradição com a realidade”. “Se a política orçamental implica sacrifícios, não pode haver um discurso arrogante. Não pode querer-se a colaboração de uma força política se a tratamos com duas pedras na mão”, afirmou Gama, mostrando-se curioso por ver como ficará o défice em 2002 e 2003.

“Vamos ver também se a política do Governo não vai provocar o aumento da dívida pública”, acrescentou o socialista, salientando a “decrepitude da acção governativa ao fim de apenas seis meses”.

Esse envelhecimento precoce, considerou, poderá levar mesmo a que as referidas “escolhas diferentes” a promover pela “coligação informal” venham a ter “uma evolução muito mais rápida do que seria previsível”.

PS DENUNCIA PROCESSOS ESCANDALOSOS NA CULTURA

O deputado socialista Augusto Santos Silva acusou o Governo de usar “processos escandalosos” nas nomeações de altos dirigentes para o Ministério da Cultura, e de estar a provocar o “estrangulamento” financeiro deste sector.

Em declarações à Imprensa, o antigo ministro Augusto Santos Silva saiu em defesa da direcção cessante do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (ICAM) - demitida na semana passada pelo Executivo - , e lamentou “desconhecer qualquer linha de rumo do Governo em relação à cultura em Portugal”.

“Do Ministério da Cultura, até agora, apenas conheço declarações de intenções e decisões para a suspensão do Museu do Côa, ou dos institutos de Arqueologia e de Artes e Espectáculos”, declarou Augusto Santos Silva.

Entre outras situações, o deputado socialista considerou “escandaloso” o processo de nomeação do novo director da Biblioteca Nacional, Diogo Pires Aurélio, que substituiu o docente universitário Carlos Reis.

“Apesar de não estar em causa a inegável competência do novo director Diogo Pires Aurélio, o ministro da Cultura, Pedro Roseta, saiu fragilizado do processo, porque escolheu em primeiro lugar para esse lugar Jorge Pedreira”, nome “posteriormente vetado pelo gabinete do primeiro-ministro”, apontou o dirigente socialista.

“Compreendo que o actual Governo faça nomeações por critérios de confiança política, mas estou contra o uso de critérios de estrita natureza partidária nas escolhas que se estão a fazer”, acrescentou o deputado do PS.

Em relação à controvérsia resultante da demissão da direcção do ICAM, o ex-ministro da Cultura recusou a acusação feita pelo actual Governo de que haverá “incompetência, incapacidade e ineficácia” na gestão deste instituto.

Augusto Santos Silva contrapôs que a direcção cessante do ICAM, liderada por Pedro Behran da Costa, “demonstrou sempre competência e alto nível de qualificação”.

“Não compreendo como é possível a tutela (Ministério da Cultura) alegar agora que desconhecia a situação financeira do ICAM, porque com o anterior Governo o acompanhamento era feito de forma permanente”, referiu o dirigente socialista.

Segundo Augusto Santos Silva, quando abandonou a pasta da Cultura, o ICAM, em relação a 2002, “teria um défice previsível de 8,9 milhões de euros, mas tendo como créditos 8,7 milhões de euros junto das televisões”.

O ex-ministro da Cultura reconheceu também que, no final de Março, o ICAM já tinha encargos de 32,5 milhões de euros, “mas tratavam-se de compromissos plurianuais”.

“A verdadeira razão destes problemas é outra. Tenho muita pena de ver o sítio em que trabalhei (Ministério da Cultura) estar a ser estrangulado financeiramente”, disse.

AÇORES

CARLOS CÉSAR DESTACA PROGRESSOS NO COMBATE À EXCLUSÃO



Carlos César reafirmou a prioridade do Governo Regional no combate à exclusão social, destacando os programas de luta contra a pobreza já desenvolvidos na região e os progressos registados.

O chefe do Executivo açoriano reconheceu no entanto que a resposta à exclusão social continua “ainda aquém” das necessidades, apesar do seu empenhamento na resolução dos problemas.

Falando em Vila Franca do Campo na abertura do Fórum “Responder à Exclusão Social”, Carlos César afirmou: o reconhecimento dessas “insuficiências, é que a descoberta sucessiva desses problemas se deve, indiscutivelmente, ao facto de, sem reservas, termos começado a tratar” dos problemas sociais. César sublinhou que nos últimos seis anos nos Açores o executivo “empreendeu uma acção cirúrgica mas integrada no combate às diversas formas de exclusão social”, destacando os 30 programas de luta contra a pobreza desenvolvidos junto de “milhares de pessoas de grupos sociais considerados mais vulneráveis”. Salientou ainda que o seu Governo “continua a somar progressos” a outros níveis da rede social de apoio, adiantando que, por exemplo, nos últimos seis anos o número de beneficiários aumentou 400 por cento nos acolhimentos aos sem abrigo, nos centros de actividades ocupacionais e de convívio de idosos.

Carlos César anunciou que os número de beneficiários cresceu também cerca de 200 por cento na área dos Ateliers de Tempos Livres, 150 nas creches e 100 por cento nos centros de dia e nos serviços de apoio domiciliário a idosos.

Por seu turno, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo alertou para o “aumento significativo” do número de excluídos em Portugal que, segundo disse, deverá atingir os 25 por cento da população.

O Fórum de um dia, organizado pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo debateu temas como as políticas europeias de combate à pobreza e exclusão, exclusão social nos Açores e crianças em risco, entre outros.

AIRES DE MENDONÇA

RENOVAÇÃO NA FIDELIDADE AOS PRINCÍPIOS

Quase octogenário, mas com grande vitalidade, Aires de Mendonça tem ideias muito concretas sobre a vida interna e o futuro do partido a que aderiu em 1974. Quer um PS a fazer uma oposição “mais vigorosa, atacando sem dó nem piedade a política do actual Governo”, defende a limitação de mandatos nos órgãos dirigentes do partido, “para facilitar a renovação, na fidelidade aos princípios, e impedir a acomodação”, e considera que o PS deve procurar captar o eleitorado do centro descontente, “apresentando um programa e uma prática de esquerda”. Admirador confesso de Mário Soares e Olof Palme, o militante nº 3263 do nosso partido prevê ainda que “as contra-reformas do actual Governo vão conduzir a grandes convulsões sociais e ao aumento do desemprego e pobreza”.



Inscrito no PS logo em 1974, por se identificar plenamente com “os princípios e o programa”, bem como pela figura de Mário Soares, a quem elogia “a coragem como defendeu a democracia e conduziu o partido no conturbado PREC”, o camarada Aires de Mendonça fez sempre um percurso activo mas discreto nas estruturas de base, tendo chegado a presidir à Junta de Freguesia de Santo Condestável, de 1976 a 1983.

Desta experiência no poder local, que “correu bem”, Aires de Mendonça destaca pelo seu simbolismo a ajuda que a Junta prestou aos moradores do então Pátio do Evaristo, próximo da Rua Maria Pia.

“Ajudámos os moradores desse pátio que viviam em barracas. Com a ajuda da Câmara e dos próprios moradores, foi possível construirmos casas em tijolo onde passaram a viver com o mínimo de dignidade possível. Chegámos a organizar uma festa de angariação de fundos em que até esteve presente Mário Soares”, lembra.

“Eram tempos em que as juntas de freguesia tinham muito poucos meios financeiros, e por isso tudo o que fazíamos em prol das populações requeria esforço e dedicação redobrados e muito espírito de iniciativa”, explica.

Aires de Mendonça lembra ainda a tarefa ciclópica que foi o primeiro recenseamento eleitoral logo a seguir ao 25 de Abril, onde,

sublinha, “pudemos descobrir as aldrabices que se faziam nos ficheiros durante a ditadura, como, por exemplo, a existência na mesma morada de nomes de três e quatro pessoas que já lá não habitavam há largos anos”.

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Mário Soares

Político estrangeiro
Olof Palme

Acontecimento nacional
25 de Abril de 1974

Acontecimento internacional
Criação da União Europeia

Livro
“A cidade e as serras”

Escritor
Eça de Queiroz

Filme
“O resgate do soldado Ryan”

Músico
Beethoven

Depois de deixar o Secretariado da Secção de Campo de Ourique em 1976, voltou há quatro anos a fazer parte da estrutura dirigente desta Secção.

“Voltei a militar activamente na Secção, porque o actual secretário-coordenador, Flávio Fonte, que muito admiro pela sua dedicação a cem por cento ao partido e ao bem comum, me convidou a fazer parte do Secretariado”, refere, acrescentando que é também um dos fundadores da recém-criada Secção de Desenvolvimento Sustentável, que “tem à frente um camarada com uma notável capacidade de trabalho, muito inteligente e profundo conhecedor das questões ambientais, o Aníbal Lamy”.

Afirmando-se como “militante de base ao serviço dos ideais do partido”, não poupa também elogios ao trabalho desenvolvido em defesa das secções de residência por Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa. “É um camarada que continua profundamente ligado às bases, porque não se esqueceu que são essas bases que são a principal força do PS”, afirma.

O militante nº 3263 tem ideias muito claras sobre Ferro Rodrigues e o presente e o futuro do PS. Quanto ao actual líder socialista, afirma que tem “muita fé na sua liderança”, porque “deu já uma ideia da sua capacidade e do que é capaz enquanto foi ministro, para além de ser um político sem medo e capaz de

ir à luta, nomeadamente em momentos difíceis”.

Congresso participado

Relativamente ao próximo Congresso, espera que “se discutam ideias e programas e que seja muito participado”. Quanto aos órgãos dirigentes do partido, defende a redução da sua composição, “de forma a serem mais operacionais”, e a limitação dos mandatos, “para facilitar a renovação, na fidelidade aos princípios, e impedir a acomodação”. É que, sublinha, “havendo uma eternização nos cargos, há a tendência natural para uma certa acomodação dos dirigentes, que deixam de ter iniciativas e impedem o aparecimento de novos quadros”.

O militante desta semana do “Acção Socialista” quer um PS a fazer uma oposição “mais vigorosa, atacando sem dó nem piedade a política de contra-reformas do actual Governo de direita, que irá conduzir a grandes convulsões sociais e ao crescimento do desemprego e pobreza”.

Para captar o eleitorado do centro descontente, que prevê irá aumentar, defende que o PS deve apresentar-se “com um programa e uma prática de esquerda, capaz de dar uma resposta progressista credível aos problemas do País”.

J. C. CASTELO BRANCO

CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

PARLAMENTOS NACIONAIS CONTROLARÃO LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

A personalidade jurídica da União Europeia, a aplicação reforçada dos princípios de subsidiariedade e o seu controlo, designadamente pelos parlamentos nacionais, foram dois dos temas cujas propostas finais dos grupos de trabalho foram apresentadas e discutidas na última reunião plenária da Convenção sobre o Futuro da Europa. A integração da Carta dos Direitos Fundamentais no texto constitucional da futura União, grupo de trabalho presidido pelo comissário António Vitorino, foi outro dos temas da reunião.

Quanto à discussão das conclusões do grupo de trabalho sobre a aplicação do princípio de subsidiariedade, o comissário António Vitorino considerou que a mensagem era clara. "De um lado - disse -, afirma-se que os parlamentos nacionais devem envolver-se mais no controlo dos seus governos nacionais. Mas, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que se devem também empenhar no processo de tomada de decisão a nível europeu. E é neste quadro que o mecanismo de alerta precoce é uma iniciativa original e sem precedentes".

Mas o comissário reconheceu que neste procedimento existe o risco de uma reacção sistemática dos parlamentos nacionais como forma de precaução. "De qualquer forma - disse - penso que este risco pode ser limitado, clarificando-se que a utilização do novo mecanismo pelos parlamentos nacionais não tem um efeito de bloqueio sobre o processo legislativo europeu", considerou.

Luís Marinho, um dos representantes socialistas do Parlamento Europeu, considerou que a solução apresentada que dá aos



parlamento nacionais um poder de recurso que até agora não existia "não só aumenta as responsabilidades dos nossos deputados nacionais, como implica que passem a ter competência de controlo relativamente à legislação europeia".

O grupo de trabalho sobre a personalidade jurídica da União, presidido por Giuliano Amato, cujo relatório final foi apresentado no início deste mês, tinha como objectivo examinar as consequências de um reconhecimento explícito de uma personalidade jurídica da União, as consequências da sua fusão com a das

Comunidades e as respectivas incidências na simplificação dos tratados.

Para o Presidente da Convenção, Giscard d'Estaing, este grupo de trabalho apresentou conclusões claras, particularmente no que respeita à nova arquitectura do Tratado fundamental. Assim, o grupo presidido por Giuliano Amato recomenda à Convenção o reconhecimento explícito da personalidade jurídica da União Europeia, e que se acabe com as ambiguidades que existem na situação actual, que dificultam por parte da opinião pública a compreensão do tipo de entidade que

é a União Europeia. Assim, os tratados existentes, da União e da Comunidade, terão de ser fundidos, comunitarizando também os actuais três pilares (União, PESC e Justiça e Assuntos Internos). O estatuto do Conselho Europeu, a representação externa da União Europeia e o controlo dos actos jurídicos europeus, foram outras das questões abordadas.

António Vitorino, por sua vez, apresentou o estado da discussão no grupo de trabalho a que preside e defendeu (como o "Acção Socialista" já noticiou na anterior edição) a inclusão da Carta no futuro Tratado Constitucional e a adesão da União à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que tem sede em Estrasburgo. Um dos pontos sensíveis na discussão foi a questão dos direitos sociais e dos princípios em matéria social que devem integrar a Carta, sendo necessário evitar que haja sobreposição de competências, isto é, que a União possa vir a interferir num dos domínios que os governos nacionais querem guardar para si.

O deputado socialista Guilherme d'Oliveira Martins, representante suplente da Assembleia da República na Convenção, interveio para apoiar uma moção relativa à assumpção dos objectivos sociais da União Europeia, designadamente a coesão económica e social. "Nesse sentido, julgo indispensável que este debate se faça, até para cumprirmos o que na estratégia de Lisboa foi definido relativamente ao futuro, aos objectivos da União Europeia", afirmou.

P.P.

CARLOS LAGE CRITICA CHIRAC POR DEFENDER CORTES NOS FUNDOS

"A política de coesão é justa e um reforço da unidade interna da Europa. Compará-la à Política Agrícola Comum, desequilibrada e ruínoza do ponto de vista ecológico, é um erro grave", afirmou com contundência o presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, em resposta ao Presidente Jacques Chirac, que admitiu a possibilidade de cortar nos Fundos Estruturais e de Coesão, como forma de compensar os custos financeiros do alargamento da União a dez novos países.

Carlos Lage, que falou no plenário de Estasburgo, considerou que Jacques Chirac não tem razão nas suas posições e sublinhou que "à Europa não basta crescer no corpo; tem também de crescer no espírito e na solidariedade".

Ineficiência aérea

Por outro lado, o eurodeputado Joaquim Vairinhos, intervindo num relatório sobre a liberalização dos transportes aéreos, considerou que continua a haver muitos cancelamentos de voos, atrasos e até impedimentos de embarque, situações que "apenas com mecanismos mais adequados de defesa dos direitos do consumidor poderão ser evitadas".

O eurodeputado considerou urgente a actualização das leis europeias no que se refere aos direitos de indemnização e de assistência dos passageiros.

ALARGAMENTO NA AGENDA

LÍDERES SOCIALISTAS REÚNEM EM VARSÓVIA

O alargamento da União Europeia, a globalização, o ambiente, a agricultura e o futuro da social democracia serão alguns dos temas fortes de um encontro de três dias, entre 12 e 14 de Novembro, que os líderes socialistas europeus terão em Varsóvia, e em que estarão também presentes os deputados da delegação portuguesa do Parlamento Europeu.

O encontro tem como anfitriões o primeiro-ministro polaco, Leslek Miller, e contará com a presença do presidente do Partido Socialista Europeu, Robin Cook, do primeiro-ministro grego, Costa Simitis e do comissário responsável pelo alargamento, Gunther Verheugen. Deputados de vários partidos polacos participarão nos debates, que, em alguns casos decorrerão em paralelo.

No final do encontro, os líderes socialistas adoptarão uma "Declaração de Varsóvia", contendo as conclusões dos temas que foram discutidos.



GOVERNO FALHA TODAS AS PREVISÕES

UNIÃO PREVÊ PARA PORTUGAL DÉFICE DE 3,4 POR CENTO

A União Europeia previu que o défice português possa alcançar os 3,4 por cento, muito acima da meta de 2,8 estabelecida pelo Governo para este ano. Esta derrapagem põe em evidência a depressão em que o executivo liderado por Durão Barroso lançou a economia portuguesa, que agora já só iniciará a retoma - diz a ministra das Finanças -, no segundo semestre de 2003.

Apesar do Conselho de Ministros da Economia e Finanças, que decorreu em Bruxelas, ter insistido com Lisboa para que aplique com determinação os planos orçamentais para reduzir o défice para 2,8 por cento do PIB, não deixou, por outro lado, de manifestar dúvidas quanto à possibilidade do Governo o conseguir.

Mas a questão principal está na forma como o Governo o está a fazer. Com efeito, o resultado das suas políticas está à vista e dificilmente haverá tão depressa uma recuperação com tantas medidas de restrição ao investimento. Nem a boleia da Alemanha, cujo défice deverá rondar os 3,7 por cento do PIB, nem a folga dada por Bruxelas para o equilíbrio das contas públicas, fazem o Governo abrandar a sua política de cortes sem jeito nem critério. Entretanto, o Governo tarda em restituir a confiança aos agentes económicos e consumidores, que ficaram assustados com o quadro exageradamente negro que pintou de



com a teimosia em arrasar tudo o que existia, só para poder descartar-se das suas responsabilidades perante uma conjuntura nacional e internacional manifestamente difícil.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, tem alertado insistentemente para a situação a que as políticas do Governo têm levado o país. No encontro de terça-feira com militantes de

Bragança, Ferro Rodrigues considerou não ser possível qualquer equilíbrio das contas públicas em Portugal, na medida em que o "orçamento rectificativo que o Governo apresentou emitiu sinais negativos à sociedade portuguesa, originando um choque recessivo na economia".

O abrandamento da actividade económica, só poderia traduzir-se numa diminuição das receitas fiscais. "Os resultados estão à vista", disse Ferro Rodrigues. Com efeito, além da incerteza, dos despedimentos, falta de confiança, agressão aos direitos sociais de trabalhadores e reformados, o Governo vê todas as suas contas saírem furadas.

As receitas fiscais ficam aquém do previsto, a venda de imóveis, além de polémica, foi um falhanço e os juros das dívidas fiscais foram sujeitas a perdão. Como tudo falha, o Governo ataca de novo, mas atirando aos alvos mais fáceis, que são os que maiores dificuldades trarão para o futuro dos portugueses. O Governo anunciou uma nova redução em todos os ministérios, desta vez para metade, das verbas orçamentadas até ao final deste ano para investimentos públicos, isto é, os que se inscrevem no PIDDAC, e para a aquisição de bens e serviços.

Não há, assim, economia nem confiança capazes de resistir a tantos ataques.

P.P.

COM MUITOS TESTEMUNHOS E DOCUMENTOS

ADESÃO DE PORTUGAL À CEE RETRATADA EM LIVRO

"A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias - História e Documentos", é o título do livro que reúne uma colectânea de testemunhos e documentos de vários socialistas (mas não só) sobre o processo de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

Com introdução do deputado e académico José Medeiros Ferreira e testemunhos de Mário Soares, Jaime Gama, António Marta, Vítor Martins e Ernâni Lopes, o livro agora lançado é uma iniciativa conjunta da Assembleia da República, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia. Os documentos apresentados situam-se entre 1949, ano que marca o início da reacção portuguesa à criação de organizações internacionais de âmbito europeu, e 11 de Setembro de 1985, quando o Parlamento Europeu procedeu à ratificação dos Tratados de adesão de Portugal e da Espanha à CEE.

Entre os documentos apresentados estão debates parlamentares na Assembleia da República, resoluções do Parlamento Europeu, declarações de Conselhos Europeus, telegramas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pareceres, discursos e relatórios.

Numa introdução com vinte páginas, Medeiros Ferreira faz o enquadramento da posição de Portugal na Europa e traça o percurso da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, da posição de Salazar contra o "laço federal" até à mudança de regime político e a "opção europeia".

"O certo é que foi necessário esperar pelo derrube do regime da Constituição de 1933 para que a "opção europeia" do Estado português fosse claramente feita. Para isso, o Estado português teria de se desembaraçar do regime político bloqueador. (...) E não é de mais acentuar que a futura opção europeia do regime democrático em 1976 representou um corte com as políticas africanas, terceiro-mundistas, "gonçalvistas" e europeio-comercialistas que ainda em 1975 se digladiavam nas mais altas instâncias do poder político", afirma Medeiros Ferreira na introdução.

AO RECEBER TÍTULO DE DOUTOR "HONORIS CAUSA"

SOARES DEFENDE APOIO ACTIVO DA UNIÃO EUROPEIA AO BRASIL



A União Europeia deve apoiar activamente o Brasil e o Mercosul, como forma de ela própria afirmar o seu peso e influência no mundo, considerou o eurodeputado Mário Soares, no Rio de Janeiro, numa cerimónia em que lhe foi atribuído o título de doutor "Honoris Causa" pela Universidade Cândido Mendes, tendo a seu lado também o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o sociólogo francês Alain Touraine.

"Que a União Europeia, que infelizmente ficou omissa quando deveria fazer ouvir a sua voz e ter positivamente apoiado o Mercosul quando este ficou debaixo do fogo cruzado do capitalismo especulativo, compreenda agora que apoiar activamente o Brasil é ajudar a sua própria unidade e o seu próprio peso no mundo", considerou.

Mário Soares manifestou a esperança de que as instituições financeiras internacionais, "que frequentemente têm compreendido mal as necessidades dos povos, obrigando-os a aplicar receitas económicas de vistas curtas e socialmente muito gravosas, trate o Brasil como merece um país da sua dimensão", e deu o exemplo do caso dramático da Argentina.

Soares encontrou-se com o recém eleito Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

PALIATIVOS



FILIPE NUNES

Há cerca de um mês, escrevi aqui um artigo no qual, a partir das vitórias eleitorais de Blair e Schroeder, procurava retirar algumas ilações para o debate em curso no PS sobre a declaração de princípios e os estatutos. Observando a súbita excitação de parte da esquerda com Gerhard Schroeder, certamente relacionada com a sua posição face à questão do Iraque, parti de uma simples constatação para relativizar esse deslumbramento de última hora com um político desde sempre criticado pela sua ligação à “terceira via”: na Alemanha, como no Reino Unido ou em qualquer país da União Europeia, as políticas externas continuam orientadas por razões de Estado e lógicas nacionais. É um facto triste, mas que não nos deve impedir de lembrar boas experiências noutros domínios das políticas públicas.

Quinze dias depois, num oportuno artigo de

Não podemos continuar a alimentar a ideia de que é possível sermos a favor da globalização “multicultural” e contra a globalização económica. São duas faces da mesma moeda. O que podemos e devemos é, no plano económico e político, procurar reformar as instituições internacionais, de forma a tornar a globalização mais justa.



resposta, igualmente publicado no “Acção”, o Pedro Adão e Silva considerava que esta constatação abria caminho à «ideia mais perniciosa para a redinamização da esquerda», a saber, «aceitar, como se de uma simples idiosincrasia se tratasse, a inexplicável posição do Governo inglês em questões internacionais». É certo que, tentando elencar os temas prioritários para a agenda do PS, eu falava, expressamente, da «regulação da globalização» e da «democratização da União Europeia». Ainda assim, aproveitando o período pré-congresso de debate interno, esta resposta do Pedro permite-me voltar ao tema e aprofundar alguns pontos do artigo anterior.

Vamos por partes. Em primeiro lugar, não acho que constatar signifique «aceitar». A análise da realidade é mesmo um momento fundamental para a sua transformação. Por outro lado, quando escrevi que no Reino Unido

a política externa continuava «orientada por razões de Estado» estava a pensar, essencialmente, na vertente das intervenções militares, e não tanto nas outras dimensões da política internacional. Apesar de achar positivo que, em matéria de defesa do direito internacional e do modelo social europeu haja consensos entre partidos de governo - consensos esses, que os governos de direita agora rompem -, julgo que não devemos ignorar aspectos diferenciadores da política de Blair mesmo no plano internacional: ao contrário do conservadorismo populista, o governo britânico é favorável ao projecto europeu, assinou os protocolos de Quioto, aderiu ao Tribunal Penal Internacional e tem tido, através da acção da ministra Clare Short, um trabalho muito positivo ao nível da cooperação com os países em vias de desenvolvimento. São pequenos «paliativos» (expressão do Pedro) que fazem uma grande diferença entre Thatcher e Blair ou entre Bush e Clinton (ou Gore).

Mas uma coisa é certa: o essencial dos jogos de poder continua hoje a funcionar na lógica oitocentista do Estado-nação. Perante a hipótese de uma intervenção americana no Iraque, a reacção da França explica-se pela doutrina antiamericana do general De Gaulle, a reacção da Alemanha segue a cultura política pacifista do pós-guerra e a reacção de solidariedade da Espanha com os EUA é indissociável do clima anti-ETA. Podemos gostar mais de umas ou menos de outras, mas as motivações das políticas externas europeias (no plural) são eminentemente nacionais. O mesmo se passou, aliás, aquando da guerra civil na antiga Jugoslávia: com a queda do Muro de Berlim, as nações europeias esqueceram rapidamente a “nova ordem internacional” e reproduziram, demasiadas vezes, os alinhamentos nacionalistas que provocaram a I Guerra Mundial.

A questão, no campo da esquerda, só pode ser: como sair disto? Estou, tendencialmente, de acordo com o Pedro quanto à necessidade de lutarmos pela «emancipação das formas de poder do Estado-nação». Também acho que, depois do 11 de Setembro, de Bali e de Moscovo, «nada é como dantes e não vale a pena continuar a raciocinar como se o mundo não tivesse mudado». Estamos de acordo quanto aos diagnósticos, quanto aos objectivos - e espero que também quanto aos meios para lá chegar. É que é um erro pensar que, de um dia para o outro, se arruma com séculos de diplomacia e nacionalismo. Nada disto foi criado por obra e graça do Espírito Santo, nada disto

é eterno, mas as culturas políticas, ao contrário dos avanços tecnológicos, só podem mudar de forma gradual: e se os eleitores perderem de vista uma esquerda que caminha muito à frente, viram à direita, como se viu, recentemente, em França. O tempo da fidelidade ideológica das classes sociais acabou. Seria igualmente trágico repetirmos esquemas mentais do passado, e olharmos para os movimentos antiglobalização como um novo proletariado, ou para a União Europeia como um novo «sol da terra» que vai resistir ao imperialismo americano, numa espécie de «socialismo num só continente».

Devemos, isso sim, numa perspectiva gradualista, encontrar as tais «formas de acção conjunta para além das fronteiras nacionais», reconhecendo desde já que, nesta matéria, muito mais se poderia ter feito na segunda metade da década de 90, quando o centro-esquerda tinha a hegemonia nos governos dos Estados Unidos e da União Europeia. Há que renovar essa agenda regional e global que, razões várias, ficou a meio caminho, levando a sério prioridades como a democratização da União Europeia e a regulação da globalização. Relativamente ao processo de construção europeia, não podemos continuar a achar que os cidadãos não estão preparados para os referendos, nem ter a arrogância de pensar

que a importância de um “défice zero” é uma coisa que se explica por si própria. Se a opinião dos cidadãos for diferente da nossa, devemos abrandar o ritmo do aprofundamento europeu e mobilizá-los futuramente para as nossas razões. Neste sentido, o actual debate em torno das reformas institucionais constitui uma boa oportunidade para introduzir na UE urgentes medidas democratizadoras: por exemplo, reforçando os poderes do Parlamento Europeu em matéria de nomeação de altos funcionários, assegurando a liberdade de informação em Bruxelas, escrutinando e acompanhando as decisões da Comissão e do Banco Central Europeu através dos parlamentos nacionais, e abrindo, sempre que possível, os Conselhos Europeus.

Quanto à globalização, não podemos continuar a alimentar a ideia de que é possível sermos a favor da globalização “multicultural” e contra a globalização económica. São duas faces da mesma moeda. O que podemos e devemos é, no plano económico e político, procurar reformar as instituições internacionais, de forma a tornar a globalização mais justa: percebendo que o Banco Mundial, o FMI ou o GATT foram desenhados para outros tempos; analisando, sem precipitações, algumas reivindicações dos movimentos sociais, como a Taxa Tobin, o perdão da dívida ao Terceiro Mundo ou a criação de um Conselho Económico de Segurança no âmbito das Nações Unidas; e defendendo, sem cedências descredibilizadoras, a legalidade internacional, os protocolos de Quioto ou o TPI. São alguns exemplos de novas prioridades que estão na agenda da esquerda europeia e que, como tal, devem estar na agenda do PS. Se são meros “paliativos”, então que venham os “paliativos”! Não foi o Estado-Providência - a grande conquista da social-democracia europeia - inicialmente apelidado de “paliativo capitalista”?

O actual Governo português poderia poupar o país a esta humilhação, mas sobretudo seria bom e sensato que não contribuisse para que a discussão do défice público da União Europeia, provocado pelos enormes desvios da França, da Itália e da Alemanha, fosse ocultado com as dificuldades financeiras deste pequeno país que representa apenas 1,1 por cento da riqueza de toda a União.

A sra. ministra das Finanças não pára de nos surpreender. No início do seu mandato considerava deplorável e mesmo "criminoso" a herança recebida dos socialistas na área das Finanças Públicas. Tudo fez aliás para colocar o nosso país numa situação delicada junto da Comissão Europeia, desde logo optando pelo valor mais elevado do déficit público que lhe fora sugerido pelo grupo de trabalho que se debruçou sobre o assunto. Exorcizando os malefícios de um défice superior a 3 por cento, com o que procurava humilhar os socialistas, a dra. Manuela Ferreira Leite comprometeu-se com um valor substancialmente inferior para o ano 2002. Para ela, era o tudo ou o nada, ou seja um défice controlado ou em alternativa a vida (politicamente falando entenda-se). Ai de quem sugerisse ou lhe lembrasse que as coisas não assim seriam tão fáceis. Foi com esse discurso que Portugal se apresentou em Bruxelas. Na ausência da "outra", a Comissão conhecia agora a verdadeira "dama de ferro". Portugal comprometeu-se a cumprir um défice no corrente ano inferior a 3 por cento. Para isso, elaborou um programa de aumento de impostos e corte nos investimentos que apresentou à Comissão, indiferente às consequências económicas e sociais que poderiam resultar de um tão radical exercício. Sucede que também na economia, a natureza se revolta e reage, sempre que é incomodada e violentada. O que era para subir (receita fiscal) desce e o que era para descer (a despesa) ou não desce quanto basta, ou desce exactamente nos domínios onde não devia descer. Resultado de tudo isto: o prometido défice de 2,8 por cento do PIB para este ano começa a ser uma quimera e consciente desse facto a Comissão Europeia refez os seus cálculos e já se contenta com um défice à roda dos 3,4 por cento, ou seja um pouco acima dos 3 por cento. Perante isto a sra. ministra afirma agora que um défice acima de 3% "não é o fim do mundo". Nada que as pessoas lúcidas não soubessem há muito tempo, sobretudo se, na violação do patamar fatídico, estivermos (como vamos estar) muito bem acompanhados. Só que agora há um novo problema que é o de conciliar a actual ministra das Finanças consigo própria; com o que afirmou e defendeu quando o objectivo prioritário era castigar os socialistas. Mas há mais: há a necessidade de explicar às instituições europeias porque é que "apesar de tanto rigor e competência" a evolução das finanças públicas foi mínima, pois verdadeiramente esgota-se pela melhoria de um desequilíbrio de 3,6 por cento em 2001 (o valor mais razoável que o Governo devia ter assumido) para o muito provável valor de 3,4 por cento que se estima para este ano. Acresce que para isso foi necessário paralisar o investimento público durante dois meses, o que, no avisado raciocínio da prof.³ Teodora Cardoso, não passa pela cabeça de qualquer

Embora tenhamos conseguido fazer vingar a nossa posição e as nossas ideias no seio de uma Convenção que, além de heterogénea em termos de visões sobre a Europa, tem um natural desequilíbrio entre forças políticas, é necessário que os socialistas continuem empenhados na luta e pela criação deste espaço de Liberdade e de Justiça

Na Convenção Europeia os socialistas europeus têm vindo a travar uma luta coerente pela construção de um espaço equilibrado e concertado de Liberdade, Segurança e Justiça. Se conseguirmos alcançar este objectivo, corresponderemos às tradições democráticas dos nossos Estados e beneficiaremos os cidadãos europeus com algo a que não repugna chamar Estado de Direito Comunitário e Europeu. A nossa acção pauta-se por uma série de alterações a introduzir num futuro texto - que será único - e, traduzindo o desejo de tornar a União Europeia mais clara e eficaz aos olhos dos cidadãos. As nossas principais "bandeiras" passam por acabar com a *separação em Pilares*, o que de certa forma aparece já consagrado no ante projecto do futuro Tratado Constitucional, apresentado na passada semana pelo presidente da Convenção, Giscard d'Estaing; eliminar a *geometria* variável que resulta dos diversos Protocolos vigentes para certos Estados membros (Reino Unido, Irlanda, Dinamarca). Da mesma forma que defendemos uma *jurisdição uniforme* do Tribunal de Justiça para as matérias relativas ao espaço judicial europeu e a simplificação dos instrumentos legislativos; A *integração da Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado Constitucional* que, com fórmulas diversas, já está praticamente decidida na Convenção e consagrada igualmente no ante projecto de Constituição, assim como a consagração, nessa sede, dos conteúdos da *cidadania da União*, como o direito de circulação de pessoas, o direito de eleger e ser eleito num outro Estado membro ou o direito de residência. Nesta matéria, também o ante projecto de Constituição consagra as posições por nós defendidas. É igualmente importante eliminar a *dispersão legislativa* entre Estados membros e a União, garantindo a prevalência do direito de iniciativa à Comissão; O Tratado deve prever claramente o *Princípio do reconhecimento mútuo* como condição essencial para a criação de um espaço judicial europeu, aliás comprovado pelo êxito que é o mandato de captura europeu, em articulação com o princípio da *confiança judicial mútua* em que devem formar-se todas as magistraturas judiciais europeias.

VISTO DE BRUXELAS

SITUAÇÃO DESCONFORTÁVEL

responsável europeu. As expectativas criadas em Bruxelas foram muito grandes, até porque havia que confrontar a "incontinência" socialista com o "rigor e bom senso" do actual Governo. Ora os verdadeiros guardiões da política rígida do equilíbrio orçamental precisam de um bom exemplo para exercer a sua fúria disciplinadora. Como a sra. ministra das Finanças se "pôs a jeito", estão em vias de não se fazerem rogados.

Tive aliás essa clara percepção, terça-feira, dia 5 (o dia em que foi desencadeado contra Portugal o processo de violação do défice), durante a apresentação do documento de trabalho sobre as "Finanças Públicas na UEM - 2002", na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu.

Esta reunião na qual participei, durante algum tempo, o Presidente em exercício do Eurogrupo (ministro das Finanças da Grécia) transformou-se em determinados momentos numa espécie de julgamento popular contra o nosso país.

Claro que argumentei como soube e não pude deixar de afirmar que o reporte à Comissão de um défice de 4,1 por cento em 2001, tinha visado apenas objectivos políticos internos (aliás, parcialmente, conseguidos) não correspondendo, no essencial, ao rigor, clareza e transparência que o Governo português vinha reclamando.

Nem tudo está perdido, apesar da enorme confusão e razoável contra-informação que impera actualmente nalgumas instituições de Bruxelas, em relação ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e, nomeadamente, quanto ao processo sancionatório dos infractores.

A normalidade acabará por ser reposta e o bom senso vigorará.

O actual Governo português poderia poupar o país a esta humilhação, mas sobretudo seria bom e sensato que não contribuisse para que a discussão do défice público da União Europeia, provocado pelos enormes desvios da França, da Itália e da Alemanha, fosse ocultado com as dificuldades financeiras deste pequeno país que representa apenas 1,1 por cento da riqueza de toda a União.

Este é mais um serviço que o País fica a dever à dra. Manuela Ferreira Leite.



MANUEL DOS SANTOS

EUROPA DA JUSTIÇA EUROPA DA LIBERDADE

Mas, embora tenhamos conseguido fazer vingar a nossa posição e as nossas ideias no seio de uma Convenção que, além de heterogénea em termos de visões sobre a Europa, tem um natural desequilíbrio entre forças políticas - o que no contexto não nos é favorável a nós - é necessário que os socialistas continuem empenhados na luta e pela criação deste espaço de Liberdade e de Justiça, o que passa pela necessidade de se criar uma *base jurídica comum* para a definição de uma *política de migração* europeia, que não perversa por excesso, a possibilidade de existência de uma política de asilo e protecção subsidiária; Passa também por dotar a União de competências acrescidas em matéria de vistos e fronteiras e pela harmonização através de directiva do estatuto do refugiado, revogando-se assim a Convenção de Genebra que, além de não ter aplicação, induz regimes particulares de protecção subsidiária que destroem uma política europeia comum de asilo! Este pontos dão *conteúdo* a um verdadeiro espaço europeu de Liberdade, Segurança e Justiça. *Não se trata de um objectivo ideológico!* Trata-se de um objectivo democrático e europeu. Não queremos uma Europa socialista, queremos uma Europa para os cidadãos. Que lhes sirva para algo. Para *resolver um que um Estado isolado não pode fazer!* Europeizar a Justiça, garantir a Igualdade e assegurar a Liberdade a 500 milhões de europeus!



LUÍS MARINHO

AMADORA

CÂMARA PREOCUPADA COM INTERRUPTÃO DO PER

O Executivo socialista da Câmara Municipal da Amadora quer contrair este ano um empréstimo de cerca de 15 milhões de euros para construção de habitação social, devido à impossibilidade de pedir outros empréstimos em 2003.

Segundo Joaquim Raposo, esse empréstimo "não compromete a capacidade de endividamento" do município e permite "exclusivamente" assumir os compromissos dos fogos em construção e dos que estão a ser contratualizados com empresas de construção que têm os projectos na mão.

Apesar deste novo empréstimo para habitação social, o presidente da autarquia mostrou-se preocupado com uma possível "interrupção" no PER (Plano Especial de Realojamento) da Amadora por causa das novas regras impostas pelo actual Executivo, segundo as quais, a partir de 2003, os empréstimos para habitação social passam a contar para a taxa de endividamento das autarquias.

Joaquim Raposo alerta para a impossibilidade da autarquia contrair empréstimos futuros para construir habitação social, o que põe em causa o fim das barracas no concelho.

"Difícilmente vai haver habitação social no PER, vamos continuar a fazer habitação como é evidente, mas vamos direccionar a oferta para os jovens e para quem, dentro do Programa Especial, assuma parte do investimento porque a câmara não vai poder pedir mais empréstimos", disse Joaquim Raposo, acrescentando que há "alguma injustiça" neste processo por causa de muitos municípios que foram "mais rápidos na conclusão do PER à custa de muitos empréstimos".

O PER da Amadora está previsto acabar em 2009, de acordo com um contrato assinado com o Governo, e a autarquia desenvolveu um conjunto de contratos e protocolos para construir habitação social que terão agora que ser reformulados para respeitar as novas regras orçamentais.



LOURES

GOVERNO REDUZ INVESTIMENTOS NO CONCELHO

O Executivo socialista da Câmara Municipal de Loures acusou o Governo de adiar obras fundamentais para a qualidade de vida do concelho ao reduzir as verbas do PIDDAC para 2003.

"As legítimas aspirações do concelho foram mais uma vez frustradas, quer pela inscrição em PIDDAC de obras iniciadas em anos anteriores, não tendo significado especial a existência de novos projectos, quer pelo investimento afecto à sua concretização, quase exclusivamente destinado a pagamentos finais das empreitadas", afirma em comunicado a autarquia. Para provar esta situação basta fazer a comparação com o PIDDAC 2002, que previa investimentos em Loures de 10.653.600 euros e perspectivava, para 2003, investimentos de 14.870.223 euros, mas, segundo o Executivo camarário, o investimento total previsto será apenas de 11.791.591 euros.

A redução dos investimentos em Loures vai reflectir-se principalmente nas áreas da educação e desporto, do emprego e formação profissional, da saúde e da segurança, ou seja, nas áreas consideradas "essenciais para a população do concelho", refere o comunicado.



PRESIDÊNCIA ABERTA

SAMPAIO APONTA CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO

"Não estou aqui para fazer grandes sobressaltos, mas sim para fazer pressão no melhor sentido"

O Presidente da República passou nove dias na Guarda para amplificar as dificuldades e os sucessos de uma das regiões mais pobres de Portugal, que se debate com os problemas da interioridade. Ao longo desta presidência aberta, nos diversos encontros que manteve com autarcas e forças vivas da região, Sampaio apontou caminhos para o desenvolvimento da Beira Interior, que deve passar pelo aproveitamento dos recursos naturais e históricos ali existentes.

O Presidente da República terminou no domingo uma visita de nove dias à Guarda com um apelo aos responsáveis do distrito para que evitem a lamúria e os queixumes, que "desmoralizam quem os profere e causam indiferença ou rejeição dos outros portugueses".

Essa vontade de "vencer a lamúria", referiu, deve mobilizar todos os portugueses para aproveitarem as oportunidades de

desenvolvimento de que o País necessita.

Num distrito em que o PSD detém 12 das 14 câmaras, mas no qual nenhum autarca falou em projectos distritais ou intermunicipais, o Presidente teve que apelar à união de esforços para que a região ganhe força e se faça ouvir a uma só voz em Lisboa, mas também para que sejam mais bem aproveitados e geridos as verbas colocadas à disposição.



"É necessário fazerem um esforço sério para reforçar a sua visibilidade política, bem como para melhorar a sua capacidade de acesso às instâncias políticas nacionais", disse.

Numa região que necessita de iniciativas, de preferência diversificadas, que criem emprego e riqueza, Sampaio incitou à aposta nos produtos de qualidade que podem fazer a diferença, como, por exemplo, o queijo da serra e os vinhos do Dão e do Douro, ou a reflorestação.

O turismo e a preservação do património, no qual se incluem as aldeias históricas, foram outros caminhos apontados para o desenvolvimento, que terá de ir a par com uma política de discriminação positiva do Governo, que atenua as gritantes assimetrias regionais, num quadro de uma aposta na coesão nacional. Na Guarda, o chefe de Estado anunciou ainda que pretende visitar até ao final do seu mandato todos os municípios do País.

J. C. C. B.

Em que ficamos? Na tese do desenvolvimento sustentado, ou simples crescimento do betão e “subsídiodependite aguda” ilusoriamente apresentados como desenvolvimento real?

A Região Autónoma da Madeira é uma terra de inescrutáveis e surpreendentes contrastes e paradoxos, como adiante veremos. Tem, segundo o discurso oficial, o melhor sistema de saúde de Portugal mas, paradoxalmente, a maior taxa (8,2 por mil) de mortalidade infantil. Tem, supostamente, o melhor sistema de educação mas, paradoxalmente, uma das mais altas taxas de ileteracia geral e dos piores resultados ao nível do insucesso escolar (18 por cento de chumbos no último ano). Tem, de acordo com a versão oficial, o mais baixo índice de desemprego mas, paradoxalmente, em termos reais, a maior percentagem nacional de pessoas a usufruírem do RMG, agora denominado Rendimento de Reinserção Social. Tem, alegadamente, o maior sucesso em termos de desenvolvimento económico - segundo o Dr. Durão, até “de fazer calar os invejosos” - mas, paradoxalmente, se nos cortassem os fundos ou apoios financeiros provenientes da União Europeia, a economia da Região afundar-se-ia num ápice. É óbvio que essa fábula do grande sucesso económico não passa de uma imagem virtual, como tantas outras, repetidamente propagandeadas com o propósito inconfessado de esconder, ou transformar ilusoriamente, a fragilidade económica do crescimento do betão em aparente desenvolvimento real, sustentável e consistente. É, aliás, o próprio PGR que se contradiz a si próprio quando, por um lado, apregoa notáveis índices de desenvolvimento - alegadamente, cerca de 75 por cento da média europeia - mas, paradoxalmente, por outro, face ao eminente alargamento da União Europeia a alguns países do Leste, clama, alarmado, “que este território sofrerá uma gravíssima recessão se nos forem retirados os fundos comunitários”. Em que acreditar então? Na tese do desenvolvimento real, isto é, sólido e sustentado, ou tudo não passa, afinal, do blá, blá, blá, falacioso do costume, tentando confundir crescimento do betão e “subsídiodependite aguda” com desenvolvimento a sério. É que, obras, como já o referi noutras ocasiões, qualquer um as faz. Basta haver projectistas e dinheiro em caixa. Difícil é conseguir a tão almejada produtividade, geradora de receitas próprias, especialmente em áreas e domínios essenciais do mercado. Ora todos sabemos que projectistas há-os a cada esquina e dinheiro é coisa que não tem faltado, sobretudo, depois da adesão à União Europeia. E em tal abundância que tem dado e chegado para todas as obras, todas as pomposas inaugurações e muito mais coisas... que às vezes a gente nem sonha!...

Quem regularmente se olha no espelho tranquilamente e tem o condão de ganhar rubor na cara de vez em quando, não fala com semelhante arrogância como se fora dona do mundo e da verdade.

Quando chamada ao Parlamento para dar explicações (que chatice o ser obrigada a ir atender os incompetentes da oposição) sobre “técnicas” de registo das receitas e despesas do Estado (os falados apagões financeiros) e também sobre o propalado caso dos favores aos bancos (na Zona Franca da Madeira) através de uma portaria (que muitos dos incompetentes, mesmo do seu partido, acham inconstitucional), a senhora ministra das Finanças dirigiu-se aos deputados interrogantes, com uma arrogância que ultrapassou todos os limites da deselegância, para ser sobranceira, ainda mais saliente por se tratar de mulher, habitualmente tidas como mais comedidas e travadoras da pesporrência dos homens. O deputado José Sócrates acusou o toque e fez lembrar à senhora ministra que ela não tem o exclusivo do conhecimento e do saber, para insinuar que os outros não saberiam nada do assunto em discussão e que o melhor seria ficar muito quietinhos e calados. Pareceu-me que a oposição em geral, e mesmo o deputado Sócrates, deveriam ter sido mais contundentes nas respostas à má criação da ministra. Poderia muito bem ter-lhe sido lembrado que ela está bem longe de estar nas linhas da frente dos economistas com conceito no país e que, tendo sido a 3ª, ou 4ª escolha para a pasta das Finanças do, na altura, indigitado primeiro-ministro, o lugar só lhe calhou a ela, porque sendo conhecido que não tem coragem de se mirar ao espelho, só ela seria capaz de dar a cara e a voz às medidas estapafúrdias e contrárias ao prometido, que eles, os que de facto mandam, sabiam que iriam impor. Quem regularmente se olha no espelho tranquilamente e tem o condão de ganhar rubor na cara de vez em quando, não fala com semelhante arrogância como se fora dona do mundo e da verdade. A senhora ministra deveria lembrar-se que, por ser arrogante, por não ser capaz de falar

PARADOXOS INESCRUTÁVEIS

Como não podia deixar de ser, também, ao nível do sistema político a Madeira não tem que pedir meças a ninguém, pelo contrário, até dá lições, arrogando-se mesmo de uma democracia exemplar, com um sistema infalível do partido totalitário, no sentido de quem tudo controla e dirige, e como que predestinado a estar, “ad aeternum,” à frente dos destinos desta Região. Só que, enquanto nas democracias normais o princípio elementar e garante da vitalidade das mesmas reside na regra natural da alternância política - mas isso, se calhar, serão esquisitices das democracias normais com complexos de pluralidade - aqui, na Madeira, como se sabe, Terra do povo superior e da democracia exemplar, nunca poderia assistir-se a tal banalidade. E daí que o sistema tenha sido meticulosa e sofisticadamente instalado, por forma a perdurar intocável “per omnia secula seculorum”. Até porque, como o referia J.J.Rousseau, “os Povos uma vez habituados a terem amos já não estão em condições de dispensá-los”. E assim, como diz o refrão, lá vamos cantando e rindo alegremente... Deixa passar esta nossa brincadeira que a gente vamos bailar o bailinho da Madeira. A Madeira é do Jardim, a Madeira é do Jardim... no mundo não há igual, no mundo não há igual...



GIL FRANÇA

ARROGÂNCIA MINISTERIAL

com os outros, recebeu uma forma exclusiva de protesto, quando sobraçou a pasta da Educação. Só mesmo aquelas “caras” de estudante que foram suporte do refrão “Não pagamos” foram capazes de enfrentar, sem esgar de susto, a frieza ministerial. E quando a competência, quantas vezes mais vai ser revista a previsão de crescimento da economia apontada no Orçamento Rectificativo? E por via disso, a previsão de receitas, de despesas, de défice e de inflação? E não se fala já noutra Rectificativo? Será incompetência, ou será a conjuntura económica internacional? Porque se cobram menos impostos? Como foi agradável de seguir, pela cordialidade, pela aceitação das diferenças, pela não existência de fel nem vinagre, o debate entre dois ex-ministros da mesma pasta. A um a ministra deve gostar de chamar incompetente (Pina Moura), mas ao outro, de certeza, que não tem coragem (Miguel Beleza). Feiticos.

JOSÉ PINTO DA SILVA
 Militante 30363
 Caldas de S. Jorge

A SEMANA PREVISTA

No âmbito das apresentações que tem vindo a fazer nas Federações da sua moção de estratégia ao Congresso Nacional, Ferro Rodrigues vai estar esta semana em Leiria, FRO (Federação da Região do Oeste), Portalegre, Guarda concluindo o périplo em Beja na próxima terça-feira.

O secretário-geral do PS recebe segunda-feira em audiência o grupo de empresários autores de um manifesto no qual defendem a permanência em Portugal dos centros de decisão.

Jamila Madeira participa no Fórum Social Europeu que se realiza em Florença, estando prevista uma sua intervenção no seminário "Outra Europa, Outro Mundo: Jovens em Movimento".

Realizam-se na sexta-feira e no sábado as Jornadas Parlamentares do PS/Açores, na cidade da Horta. A análise da proposta do Orçamento para a Região é o principal tema dos trabalhos.

No quadro das actividades do Gabinete de Estudos do PS, realizam-se na próxima semana um conjunto de reuniões sectoriais. Estão previstas reuniões sobre Aeronáutica, Agricultura e Florestas, Minorias Étnicas e Saúde.

A secção do PS/Benfica promove no dia 7 um plenário sobre segurança, que contará com a presença de Rui Pereira, ex-secretário de Estado da Administração Interna.

O PS/Tondela realiza no próximo sábado, dia 9, uma reunião de trabalho sobre a criação das comunidades urbanas.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Sede Nacional

Largo do Rato, 2
1269-143 Lisboa
Tel: 213822000 Fax: 213822016

Federação do PS-Alemanha

Postfach, 15 02 42
60062 Frankfurt/Man
Tel: 004969708202

Federação do PS-Benelux

Travessa da Horta, nº 9 - 2º Dto.
1200-219 Lisboa
Tel: 216495429

Federação do PS-França

61 - Av. Jean Loulive
93500 Paintin - Franca

Federação do PS-Suíça

Case Postale, 161
1700 Friburg, 7 - Suíça



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**

E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente 25 €
Regiões Autónomas 32 €
Macau 54 €
Europa 63 €
Resto do Mundo 92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados